

GUINÉ-BISSAU

**DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA NACIONAL DE
REDUÇÃO DA POBREZA
(DENARP)**

VERSÃO CORRIGIDA EM OUTUBRO DE 2005 NA BASE DO DENARP ADOPTADO EM AGOSTO DE 2004

1 INDÍCE

1.	INTRODUÇÃO E CONTEXTO	5
2.	O FENÓMENO DA POBREZA	9
2.1	A pobreza um fenómeno multidimensional	9
2.2	Medidas da pobreza	9
2.3	Análise geográfica e por categoria da pobreza	10
3.	CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DA POBREZA	14
3.1	Políticas e performances macro económicas	14
3.2	Fraco acesso às infra-estruturas e serviços sociais de base	18
4.	OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS	23
4.1	Visão a longo e médio prazo	23
4.2	Objectivos a médio e longo prazo	24
4.3	Hipóteses de base	25
4.4	Pré condições sócio - políticas	25
4.5	Principais actores	26
5.	ESTRATÉGIA OPERACIONAL E PROGRAMAS DE ACÇÃO	28
5.1	Reforçar a governação, modernizar a administração pública e garantir a estabilidade macro económica	29
5.2	Promover o crescimento económico e a criação de emprego	35
5.3	Aumentar o acesso aos serviços sociais e às infra-estruturas de base	41
5.4	Melhorar as condições de vida dos grupos vulneráveis	45
6.	MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO, RISCOS	49
6.1	Quadro institucional de seguimento	49
6.2	Conteúdo de seguimento - avaliação	50
6.3	Metodologia de seguimento avaliação e produção de relatórios de seguimento	58
6.4	Sistema de informação estatístico e de reforço de capacidades das estruturas de seguimento	59
6.5	Riscos	59
7.	CUSTO E ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO	61
7.1	Metodologia e fontes de financiamento	61
7.2	Vectores de estratégia de intervenção	61
7.3	Resultados obtidos no orçamento do DENARP	63
7.4	Impactos sobre os agregados macro económicos	65
7.5	Conclusão e financiamento da estratégia	66
	ANEXOS	67

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1: Indicadores de pobreza na Guiné-Bissau	10
Quadro 2: Taxa de pobreza por região e contribuição regional na pobreza	12
Quadro 3: Índice de GINI	13
Quadro 4: Guiné-Bissau : Estoque total da dívida externa por credor	16
Quadro 5: Total dos atrasados internos	17
Quadro 6: Taxa líquida de escolarização primária por Género e por Região	19
Quadro 6-a: Taxa bruta de escolarização primária por Género e por Região	19
Quadro 7: Quadro de seguimento dos indicadores dos Objectivos do Milénio para o desenvolvimento	52
Quadro 8: Quadro de seguimento dos indicadores do DENARP por eixo	55
Quadro 9: Afetação de recursos por eixos, principais domínios e sectores do DENARP	64
Quadro10: Natureza dos recursos afectos ao DENARP, por eixos de intervenção. Impacto sobre o objectivo “Criação de emprego”	65
Quadro 11: Impacto sobre os agregados macro económicos (em milhões de FCFA)	66
Quadro 12: Situação do financiamento do DENARP	67

LISTA DOS GRAFICOS

Gráfico 1 : Curvas de concentração das despesas	13
---	----

LISTA DAS CAIXAS

Caixa n° 1 : Um processo participativo abrangente e dinâmico	8
Caixa n° 2 : Os indicadores da pobreza	9

2 Siglas e abreviações

AIMI	Atenção Integrada das Doenças das Crianças
ASECNA	Agência de Segurança e Controlo da Navegação Aérea
ARV	Anti Rectro Virais
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BM	Banco Mundial
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CIDS	Célula de Implementação e de Seguimento do DENARP
DGCI	Direcção Geral das Contribuições e Impostos
DGPIP	Direcção Geral do Programa de Investimento Público
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRPC	Facilidade de Redução da Pobreza e para o Crescimento
GEP	Gabinete de Estudos e de Planificação
HNSM	Hospital Nacional Simão Mendes
ICOF	Inquérito sobre o Consumo e Orçamento das Famílias
IDA	Associação Internacional para o Desenvolvimento
IEC	Informação, Educação e Comunicação
ILAP	Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza
INEC	Instituto Nacional de Estatística e Censo
IPPME	Iniciativa a favor dos Países Pobres Muito Endividados
IPPTE	Iniciativa a favor dos Países Pobres Altamente Endividados
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
MICS	Inquéritos do Grupo dos Indicadores Múltiplos
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento em África
n.v.	nados vivos
OHADA	Organização para Harmonização dos Direitos de Negócios em África
OMD	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PDRRI	Programa de Desmobilização, Reinserção e Reintegração
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PMA	Pacote Mínimo de Actividades
PME/PMI	Pequenas e Médias Empresas / Pequenas e Médias Industrias
PNDS	Programa Nacional de Desenvolvimento Sanitário
PNLS	Programa Nacional de Luta contra SIDA
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPME	Países Pobres Altamente Endividados
PRDSP	Projecto de Reabilitação e Desenvolvimento do Sector Privado
RSS	Reforma do Sector de Segurança
SMI	Saúde Materno Infantil
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil
TMM5	Taxa de Mortalidade de Crianças com menos de 5 anos
TNB	Taxa Bruta de Escolarização
TLE	Taxa Líquida de Escolarização
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VAB	Valor Acrescido Bruto

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO

1. A Guiné-Bissau conheceu depois do fim da guerra de 1998/99 uma situação económica, política e social difícil que afectou negativamente às condições de vida das populações. O produto interior bruto real (PIB) só progrediu de 1% entre 2000 e 2004. A forte instabilidade que assolou o país não permitiu orientar a gestão pública no sentido da procura de vias e meios que permitirão atacar os desafios do desenvolvimento do país, particularmente àqueles ligados a luta contra a pobreza e a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD). Esta situação perturbou a concretização dentro dos prazos razoáveis dos esforços de finalização do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP). O engajamento das instituições de transição permitiu a finalização do DENARP em Agosto de 2004 recompensando assim os esforços feitos pelas populações, directamente ou através das organizações da sociedade civil e dos quadros nacionais dos diferentes ministérios. Contudo em 2005, houve necessidade de proceder a sua revisão de forma a tornar a estratégia nacional da redução da pobreza mais operacional.

2. O quadro social e humano na Guiné-Bissau não é dos melhores como foi demonstrado na análise da pobreza feita em 2002 e no primeiro relatório nacional sobre os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento em 2004. Este relatório realça a lentidão verificada no ritmo das realizações dos OMD na Guiné-Bissau. A pobreza absoluta atinge ainda dois em cada três guineenses, e a tendência ainda não é de redução tendo em conta a queda da actividade económica. A educação para todos e a paridade entre os sexos progridem, mas num ritmo lento relativamente aos objectivos definidos para o ano 2015. A mortalidade infantil é assustadora: uma em cada cinco crianças não atinge os cinco anos de vida. Esta proporção está a diminuir mas a um ritmo muito lento. A pandemia do VIH/SIDA, o paludismo e a tuberculose continuam a progredir, enquanto que a tendência devia ser invertida. O abastecimento em água potável, saneamento de base e acesso a um alojamento decente é ainda, para a maioria da população da Guiné-Bissau, um luxo. Em consequência, a extrema fragilidade da situação humana e a fraca cobertura do país em termos de serviços sociais de base, resulta numa esperança de vida ao nascer de apenas 45 anos. A realização dos OMD que é um objectivo em si, para o bem-estar das populações, mas também um meio para o desenvolvimento do capital humano exige da Guiné-Bissau a utilização em larga escala de energias substanciais.

3. A Guiné-Bissau consciente da sua situação humana, realizou em 1991 um inquérito sobre o consumo e o orçamento das famílias (ICOF), cujo resultado foi reavaliado em 1994, e que indicou uma taxa de pobreza de 49% no limite de 2\$ por dia. Para identificar as fraquezas e os recursos do país com vista a definição de estratégias globais que podem favorecer o desenvolvimento sustentável e a consequente redução da pobreza, foi realizado, de 1994 a 1996, um estudo prospectivo de longo prazo baptizado “Djitu tem”. A sua abordagem participativa permitiu recolher as aspirações das populações, identificar os obstáculos ao desenvolvimento, e desenhar estratégias apropriadas. Este documento prospectivo revela que o desenvolvimento da Guiné-Bissau e a eliminação da pobreza exigem uma abordagem mais abrangente, que tomará em conta, não só os aspectos económicos, mas também, as dimensões sociais, humanas, ambientais e institucionais. O que significa que questões tais como, boa governação, luta contra a corrupção, respeito pelos direitos humanos, igualdade entre géneros, reforço da capacidade institucional, melhoria da oferta dos serviços sociais, aumento da capacidade de produção agrícola e de pesca, conservação do ambiente, entre outros, deverão merecer uma atenção acrescida na luta contra a pobreza.

4. Um documento de estratégia nacional interino de redução da pobreza (DENARP) foi definido em 2001 dando seguimento ao programa apoiado pela Facilidade para o Crescimento e

Redução da Pobreza (PGRF) para o período 2000-2003. Neste programa assim como no DENARP interino resultante, previa-se uma taxa de crescimento do PIB de 8 à 9 % durante o período 2000-2003. Mas a suspensão do programa desde 2001, devido aos efeitos negativos da queda do preço em 30% da castanha de caju e as dificuldades na gestão pública consecutivas as ingerências políticas e as fracas capacidades, condenaram o país à recessão económica e conduziram a paragem de numerosos projectos de assistência. Assim, o país fortemente atingido pela crise de 1998-99, que já tinha provocado a queda do PIB real de 28% em 1998 e da produção agrícola de 17%, continuou a decrescer entre 2000-2003.

5. Um Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza (ILAP) foi realizado em 2001-2002, com vista a actualizar o estado da pobreza e do bem-estar da população, na base de um diagnóstico rigoroso e representativo a nível nacional. O principal resultado obtido é que a pobreza está largamente instalada na Guiné-Bissau atingindo uma taxa de pobreza absoluta de 64,7% para as pessoas que vivem com menos de dois dólares americanos por dia. O baixo do nível de vida das populações registadas entre 2001 e 2004, devido ao facto do crescimento negativo do PIB real por habitante, agravou necessariamente o alargamento da pobreza no país.

6. A evolução sócio política verificada após o conflito não contribuiu para criar um clima favorável para o relance económico e reconstrução pós conflito. A amplitude da destruição em capital e vidas humanas sofridas no país durante a guerra exigem da comunidade internacional uma ajuda massiva, que não foi possível mobilizar neste contexto, apesar das promessas feitas na reunião da Mesa Redonda de 1999. A base produtiva do país continuou pouco diversificada e fracamente concorrencial, enquanto que as infra-estruturas continuam a degradar-se sete anos após o fim do conflito político militar. O sistema de formação é fortemente afectado e as capacidades humanas e institucionais são tão reduzidas que merecem um reforço sustentando. O sistema bancário é reduzido a um único banco e a intermediação financeira continua fraca e ineficaz.

7. De 2000 à 2003, a instabilidade governamental atingiu todas as instituições da República. O poder executivo tornou-se instável com a sucessão de governos que não tiveram tempo suficiente para realizar acções duráveis. A interdependência do poder presidencial, judicial e legislativo deixou de ser uma realidade e foi substituída por confrontos, cujo agravamento desorganizou o funcionamento da justiça e conduziu a dissolução do Parlamento. A desorganização do aparelho de Estado provocada por estes conflitos institucionais tornou-se num dos maiores obstáculos para a implementação de políticas económicas e sociais coerentes, provocando uma recessão que agravou as sequelas da guerra.

8. A conclusão pacífica da transição que se seguiu ao golpe de Estado de 14 de Setembro de 2003, com as eleições legislativas (Março de 2004) e as presidenciais (Julho de 2005) consideradas livres e democráticas, são sinais encorajadores para a criação de um clima político favorável para a paz e o desenvolvimento. O papel determinante desempenhado pelas forças armadas depois da luta de libertação do país, sua implicação nas mudanças e os sucessivos sobressaltos que o país conheceu, obriga a nação guineense a reflectir sobre as reformas dos serviços de segurança (RSS) para os transformar em vectores e não em obstáculos para o desenvolvimento da paz no país.

9. A economia do país que continua a ser confrontada com fortes contrariedades estruturais, marcadas pela fraca diversificação da economia, fraca mobilização de recursos internos, falta de dinamismo do sector privado e fraco desenvolvimento do capital humano, necessitará de uma reestruturação profunda para criação de um contexto favorável para realização dos OMD e a redução sensível da pobreza. Em consequência, uma abordagem rigorosa da reconstrução e

diversificação da economia se impõe para permitir atacar de forma sustentada a luta contra a pobreza afim de colmatar os atrasos acumulados e realizar os OMD dentro dos prazos. A luta contra a pobreza e a realização dos OMD são uma exigência para a dignidade da população guineense, e um objectivo a atingir, mas também um meio para o desenvolvimento do capital humano, sem a qual o crescimento e a redução da pobreza, não podem ser uma realidade. O DENARP elaborado no quadro de um processo participativo e activo é o instrumento de que a Guiné-Bissau dispõe para enfrentar os desafios do desenvolvimento humano durável: redução sensível da pobreza sob todas as formas e conseqüentemente a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. O DENARP marca um avanço qualitativo em relação as abordagens precedentes, porque inscreve a luta contra a pobreza numa perspectiva a longo prazo, e a sua elaboração deu uma grande importância a participação da população.

10. Para além desta dimensão participativa, a tónica foi posta sobre a transversalidade da problemática do género no DENARP. Esta abordagem transversal integra a perspectiva género e desenvolvimento tanto nos diagnósticos sectoriais e globais que nas opções estratégicas de redução da pobreza. E mais ainda, as dimensões específicas da problemática género e paridade foram objecto de uma abordagem particular nas matrizes das acções prioritárias. Por um lado, a luta contra o VIH/SIDA está também presente na estratégia como um mal cuja a progressão deve ser estancada o mais rapidamente possível, assim como o paludismo e a tuberculose, e por outro lado, fazer face as múltiplas conseqüências desta pandemia.

11. Este documento apresenta na secção 2 o fenómeno da pobreza, suas dimensões, sua medida, sua distribuição geográfica por categoria. Na secção 3, o documento analisa o contexto do desenvolvimento da pobreza através de um diagnóstico das políticas precedentes. A secção 4, apresenta os objectivos prioritários da luta contra a pobreza, articulando uma visão de médio e longo prazo, objectivos e suas respectivas hipóteses de bases e condições necessárias, assim como os eixos estratégicos de acções. Na secção 5 são desenvolvidas as estratégias operacionais e os programas de acção. A secção 6 propõe mecanismos de implementação, seguimento e avaliação, e faz ressaltar os riscos. A secção 7 apresenta os custos e a estratégia de financiamento. Nos anexos propõe-se nomeadamente uma matriz de acções prioritárias e indicadores de seguimento.

CAIXA nº1 : Um processo participativo abrangente e dinâmico

A participação na elaboração do DENARP envolveu todos os segmentos da sociedade, tanto na identificação dos problemas e aspirações, como na procura de soluções e formulação de estratégias. O método teve uma dimensão iterativa, pois a reflexão estratégica sobre as melhores opções de redução da pobreza enriqueceu-se, com novas contribuições, ao longo do processo de elaboração do DENARP.

A abordagem participativa teve como objectivos garantir: (i) uma boa mobilização de recursos humanos qualificados e de comprovada experiência como uma fonte de informações de qualidade e de propostas de soluções apropriadas, (ii) uma ampla consulta aos actores através de um diálogo sério sobre temas de capital importância; (iii) uma constante interacção entre os diferentes níveis de implicação e de responsabilidade, como uma forma de aprendizagem e de enriquecimento mútuo das partes envolvidas, (iv) a formação de um consenso sobre as problemáticas, os objectivos e as alternativas de saída da crise, (v) a apropriação das soluções escolhidas, e o engajamento em favor da sua concretização.

Para atingir estes objectivos, o quadro institucional de elaboração do DENARP procurou associar três níveis de participação: (i) um nível político-institucional onde intervêm os governantes e os parceiros de desenvolvimento, (ii) um nível técnico envolvendo os quadros nacionais dos sectores público e privado, assim como da sociedade civil, (iii) um nível popular e comunitário assente na consulta do cidadão comum e de grupos organizados de actores de base nas zonas rurais e urbanas. Os encontros-debate permitiram uma consulta alargada de todas as franjas da população. Realizados nas oito regiões do país e no sector autónomo de Bissau, eles envolveram representantes da Administração de Estado, da sociedade civil, das comunidades religiosas, dos poderes tradicionais, do sector privado organizado e informal, dos serviços de planificação regional, das delegacias e direcções regionais de saúde, de educação, e de segurança, assim como de diferentes categorias de actores sociais e económicos. Uma média de 120 pessoas por sessão participaram em 9 encontros-debate nas regiões de Gabu, Bafatá, Oio, Cacheu, Quínara, Tombali, Biombo, Bolama-Bijagós, e na capital, na fase do diagnóstico participativo realizado em Março e Abril de 2002. O acervo abrangido rondou 1080 pessoas representativas de todas as regiões e todos os segmentos sociais. A metodologia que norteou o desenrolar dos debates permitiu recolher informações valiosas sobre a percepção da pobreza, os problemas cruciais do país, vistos através de prismas locais. A interacção que marcou os encontros favoreceu uma alargada dinâmica de grupo na fase de identificação da problemática. Esta recolha directa de informações contribuiu para melhorar significativamente o DENARP graças a uma maior adequação com as preocupações básicas das populações. Assim, a insistência reiterada das populações sobre os problemas ligados com à fraca infra-estruturação do país contribuiu para introduzir no DENARP interino uma forte componente de estratégias viradas para o desenvolvimento de infra-estruturas. De mesmo modo, a forte insistência das populações sobre a descentralização inflectiu o DENARP interino no sentido de uma maior ênfase nos mecanismos descentralizados de implementação. Uma segunda ronda de 5 encontros provinciais foram organizados em Agosto de 2004 com o intuito de restituir às populações as propostas de soluções dos problemas identificados na primeira fase. Esta segunda ronda de encontros-debate à volta de propostas de soluções abrangeu um acervo que rondou 300 pessoas representativas das mais variadas facetas da sociedade guineense.

Para além das consultas na base, as forças vivas e organizadas do país, nomeadamente os sindicatos, o patronato, as ONG e as associações foram associadas à elaboração do DENARP, através de seminários e ateliers levados a cabo de maneira iterativa em todas as etapas do exercício, nomeadamente a elaboração do diagnóstico, a formulação das estratégias e a programação das acções prioritárias.

Os inquéritos serviram essencialmente para aprofundar o conhecimento do fenómeno da pobreza, tanto nos seus aspectos quantificáveis como nas suas dimensões qualitativas. Eles contribuíram igualmente para aumentar o conhecimento sobre as dimensões qualitativas e psicossociais da pobreza em diferentes meios, e para detectar as especificidades da pobreza urbana e rural. A realização do Inquérito ligeiro para a avaliação da pobreza (ILAP) e do estudo participativo sobre as percepções da pobreza envolveram uma extensa amostra representativa de todas as regiões do país, e permitiram atingir os actores de todos os níveis, particularmente os sectores periféricos da sociedade.

Os ateliers de especialistas desempenharam um importante papel na mobilização e participação de recursos humanos de qualidade. Reuniram-se em 11 ateliers organizados ao longo do processo, uma média de 30 participantes por sessão, envolvendo assim cerca de 350 técnicos das mais variadas especializações, activos nos sectores de Estado, privado ou associativo. Graças à sua adaptação à configuração actual da *expertise* nacional, os ateliers permitiram um bom aproveitamento das potencialidades através de técnicas de consulta baseadas nas dinâmicas de grupo. O carácter iterativo dos ateliers em todas as etapas do exercício favoreceu um processo de internalização da problemática da luta contra a pobreza.

Os encontros-debate, os ateliers e seminários foram desenhados para reforçar a internalização e a apropriação do DENARP, alargando o seu alcance a todas as categorias de actores.

2. FENÓMENO DA POBREZA

2.1 Pobreza um fenómeno multidimensional

12. A pobreza demonstra as faltas, privações que impedem o ser humano a aceder ao mínimo vital, a satisfazer as necessidades fundamentais de nutrição, de saúde, de educação, de alojamento e de viver mais tempo. A pobreza é um fenómeno objectivo que pode ser definido como um estado de grande carência e uma condição de incapacidade a satisfazer as suas necessidades humanas de base em termos de alimentação, roupa, abastecimento em água potável, habitação, saneamento de base, cuidados primários de saúde e educação. Mas a pobreza é também uma limitação da possibilidade de escolha, de incapacidade para as populações de beneficiar das oportunidades que lhes permitem viver nas condições decentes, de liberdade e de dignidade. A pobreza, sobretudo extrema, priva as populações de meios de ficar em vida porque ameaçados pela fome, doenças e catástrofes ambientais.

13. Com o objectivo de dispor de um diagnóstico aprofundado da situação da pobreza no país, indispensável para elaboração do DENARP, o governo procedeu a dois inquéritos: um qualitativo e outro quantitativo. A abordagem qualitativa ou subjectiva está ligada a percepção de que as populações têm das suas próprias condições de vida. Um estudo qualitativo sobre a percepção da pobreza assim como o diagnóstico participativo permitiu evidenciar o facto que a maioria da população considera a pobreza como um estado de incapacidade material e de impotência moral face as necessidades e exigências mínimas da sociedade. Em resumo, o pobre é aquele que não tem, e nem pode ter. A abordagem quantitativa ou objectiva é baseada nas informações quantitativas, monetárias ou não, que permitem definir o limite a partir do qual uma pessoa ou uma família pode ser considerada como pobre. Ela permite medir ao mesmo tempo a incidência, o aprofundamento, a severidade da pobreza assim como as diferenças entre famílias face ao consumo. O Inquérito Ligeiro para Avaliação da Pobreza (ILAP) realizado em Março de 2002, permitiu determinar o conjunto destes indicadores assim como realçar o conjunto de factores geradores da pobreza na Guiné-Bissau através de análise do perfil da pobreza.

2.2 Medida da pobreza

14. A prevalência da pobreza é muito elevada. Segundo estimações do ILAP, para uma população estimada em 1.181.641 pessoas, 764.672 vivem numa situação de pobreza, com menos de dois dólares americanos por dia, o que dá uma incidência da pobreza na ordem dos 64,7%. Uma população de 245.965 indivíduos, seja 20% se encontra na extrema pobreza e vive com menos de um dólar americano por dia.

Caixa nº 2 : Os indicadores de pobreza

A incidência numérica ou a prevalência da pobreza representa a proporção da população cujo o consumo ou rendimento se situa abaixo do nível de vida considerado como o limiar ou linha da pobreza. A incidência da pobreza permite apreender a extensão da pobreza, a percentagem de pobres numa determinada população.

A profundidade da pobreza é o afastamento da pobreza ou a distância que separa a média das despesas dos pobres relativamente ao limiar da pobreza. A profundidade da pobreza é portanto o défice de recursos cuja transferência de um montante equivalente permitiria teoricamente aos pobres saírem da pobreza.

A severidade da pobreza é o quadrado da diferença média em relação ao limiar da pobreza. Ela indica a situação dos mais pobres em comparação com a diferença média do limite da pobreza.

Quadro 1 : Indicadores da pobreza na Guiné-Bissau

	\$ 1			\$ 2		
	Bissau	Outras regiões	Conjunto	Bissau	Outras regiões	Conjunto
Limiar	108 000 FCFA			216 000 FCFA		
P ₀ Incidência (%)	9,3	24,8	20,8	51,6	69,7	64,7
Número de pobres	28 414	217 551	245 965	157 612	607 060	764 672
P ₁ Profundezade	0,018	0,065	0,053	0,169	0,278	0,250
Diferença média entre limiar e rendimento dos pobres	21 419	28 493	27 668	71 509	87 276	84 032
P ₂ Severidade	0,006	0,026	0,021	0,073	0,142	0,124

Fonte : INEC/ILAP

15. Os pobres de uma maneira geral têm uma despesa de consumo inferior a 25% da linha de pobreza fixada a 2\$ por dia. Estas diferenças são mais notórias no interior do país do que em Bissau com respectivamente 27,8% e 16,9%. Tratando-se da extrema pobreza, as pessoas que vivem com menos de um dólar por dia acusam um défice de 5,3% no conjunto para atingir o limite de 1\$ por dia. A profundezade da pobreza no limite de 1\$ por dia foi contudo de 1,8% em Bissau contra 6,5% nas regiões.

16. Os indicadores da profundezade e da severidade da pobreza atingem 25% e 12,4% respectivamente, enquanto que a diferença média entre o limite da pobreza e o rendimento dos pobres é estimada em 84.032 FCFA para as pessoas que vivem com 2\$ por dia, e em 27.688 FCFA para as pessoas que vivem com 1\$ por dia. Isso significa que o défice do rendimento das pessoas pobres relativamente ao limiar da pobreza (216.000 FCFA) é de 84.032 FCFA, e de 27.688 F CFA para as pessoas que vivem na extrema pobreza. Em outros termos, são necessários 84.032 FCFA, por pessoa, por ano, para que todos os pobres possam atingir o limiar da pobreza.

17. Estes indicadores não podem ser comparados com os dados do inquérito realizado em 1991 (ICOF), que não receberam nenhum tratamento afim de poderem ser comparados. Contudo, apesar das diferenças de metodologias, constata-se que para o limite de 2\$ por dia, o ICOF dá uma taxa de 49% em 1991, enquanto que o ILAP dá uma taxa de 64,7% em 2002. Da mesma forma, para o limiar extremo da pobreza, quer dizer 1\$ por dia, o ICOF dá um resultado de 26% e o ILAP apresenta uma taxa de 20,8%. Se bem que é difícil tirar conclusões sobre simples suposições ou hipóteses, e explicações a partir destes dados, de uma forma geral, a prevalência da pobreza é elevada e os indicadores sociais na Guiné-Bissau estão ainda longe das normas desejadas e da média africana.

2.3 Análise geográfica e por categoria da pobreza

18. A metodologia utilizada no ILAP, em vez de proceder a diferenciação da população entre zona urbana e rural, limitou-se a dividir a população entre Bissau e outras regiões do país. Assim torna difícil fazer uma análise profunda e detalhada da pobreza no mundo rural. Não obstante esta limitação e outras, o ILAP fornece dados relativos a idade, actividade, género, etc., que permitem ter um maior conhecimento do fenómeno da pobreza na Guiné-Bissau.

19. O nível da pobreza é função da actividade exercida. Do conjunto das pessoas com mais de 15 anos de idade, mais de 60% estão no activo, quer dizer realizam uma actividade (dados do ILAP, 2002). A taxa de desemprego nesta mesma categoria da população é de 12,4% ao nível nacional; atinge 19,3% em Bissau e 10,2% no resto do país. Quanto ao nível de ocupação por sector da economia, constata-se que do conjunto da população com ocupação (população com

mais de 15 anos de idade), 63,5% têm como ocupação o sector da agricultura, silvicultura e pesca, 8,9% o sector da indústria e 6,1% exerce na administração. A maioria das pessoas com ocupação, como se confirma pelos dados, obtém os seus rendimentos através de uma actividade independente (58,4%), porque trabalham por conta própria. Contudo, a parte dos assalariados atinge uma proporção apreciável (42%) em Bissau. A situação dos pobres (aqueles que vivem com 2 dólares por dia) apresenta-se como se segue, no que concerne as actividades: 16,4% são assalariados, 54,5% são trabalhadores independentes, 5,7% estão no desemprego e 7,5% são inactivos.

20. A prevalência da pobreza e a dimensão género. Nos 764.672 indivíduos que vivem na pobreza, 51% são do sexo feminino, e 49% do sexo masculino. Se referimos a pobreza extrema, 51,9% por um total de 245.965 indivíduos são de sexo feminino e 48,1% do sexo masculino. Contudo, constata-se que as famílias dirigidas por um membro do sexo feminino são menos afectadas pela pobreza do que as dirigidas por um membro do sexo oposto. Constata-se assim que, 66,1% das pessoas que pertencem a famílias dirigidas pelos homens são pobres contra 56,1% das que são dirigidas pelas mulheres. Esta diferença é ainda maior nas regiões do que em Bissau. Este resultado aparentemente paradoxal do ILAP reflecte os esforços que as mulheres fazem para sobreviver e se libertar da pobreza. Pode ser explicado pelos seguintes factores: maior autonomia das mulheres chefes de família; a capacidade de iniciativa das mulheres na mobilização de recursos, individualmente, ou através de associações ou por intermédio dos diferentes mecanismos informais de solidariedade e de poupança (por exemplo : o sistema popular das "abotas"; a taxa elevada de inserção das mulheres no sector informal geradoras de rendimentos; maior afectação dos recursos em função das necessidades da família).

21. A dimensão geográfica da pobreza. O número de pobres é maior nas zonas rurais do que nas zonas urbanas. Vivem nas regiões, 79,4% das pessoas vítimas da pobreza na Guiné-Bissau, seja 69,3% das pessoas. A capital, Bissau, que habita 20,6% da população da Guiné-Bissau, conta com 51,6% de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia. Relativamente a extrema pobreza, ela afecta 9,3% de pessoas em Bissau contra 24,8% no resto do país. A contribuição destas duas zonas no conjunto da extrema pobreza é respectivamente de 11,6% e 88,4%.

22. A pobreza é relativamente mais marcada no interior do país que em Bissau. As taxas de pobreza como é demonstrado no quadro 2, oscila, excepto Bissau, entre 62,6% para Biombo/Bolama e 79,6% para Oio. Sendo assim, a proporção da população que dispõe de menos de 2 dólares por dia em 2002 era de 51,6% em Bissau contra 69,1% nas outras regiões do país. Se Bissau é a região que mais contribui para o fenómeno da pobreza no país, devido a sua importância demográfica, cada região contribui também de uma forma significativa para a expansão deste fenómeno.

Quadro 2 : Taxa de pobreza por região e contribuição regional na pobreza

Regiões	Taxa de pobreza absoluta (menos de 2\$ por dia)	Contribuição por região na pobreza
Bafatá	72,4%	13,6%
Biombo / Bolama	62,6%	9,1%
Cacheu	63,8%	14,2%
Gabú	65,8%	12,3%
Oio	79,6%	18,0%
Quinará / Tombali	69,1%	12,2%
Bissau	51,6%	20,6%
Regiões sem Bissau	69,1%	79,4%
Total do País	64,7%	100%

Fonte: INEC, dezembro 2002

23. O nível da pobreza é mais elevada nas regiões do que em Bissau, independentemente do limite considerado, um ou dois dólares. Assim sendo, se o valor necessário para que os rendimentos dos pobres possam atingir o limiar da pobreza (216.000 FCFA) é de 84.032 FCFA a nível nacional, em Bissau este valor é de 71.509 FCFA, enquanto que nas outras regiões ele é de 87.276 FCFA.

24. O índice de GINI¹ que permite medir o nível de desigualdade está em conformidade com os dados do ILAP, na ordem de 0,36, demonstrando assim, a pouca concentração das despesas num certo grupo da população e em consequência pouca desigualdade na distribuição dos rendimentos na Guiné-Bissau, comparada com outros países da sub-região nomeadamente o Senegal, cujo índice é de 0,40. O coeficiente de GINI é de 0,37 para Bissau contra 0,33 para o resto do país. Calcula-se que aproximadamente nos 30% da população de Bissau concentram-se 60% das despesas ou rendimento, enquanto que 40% da população das outras regiões todas juntas, concentram o mesmo nível de despesas. O nível das despesas dos pobres é praticamente um terço daqueles que não são pobres, sendo que esta diferença é mais acentuada em Bissau. Os gráficos de Lorenz² demonstram que as diferenças são ligeiramente mais acentuadas em Bissau.

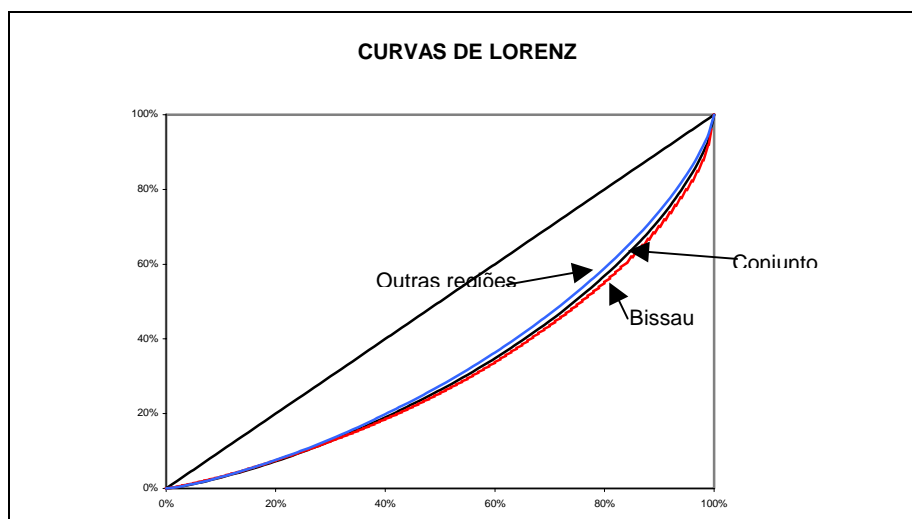
¹ O índice de GINI é um indicador que permite medir a desigualdade; quanto maior for, maior é a desigualdade na distribuição. A igualdade perfeita é atingida quando o coeficiente de GINI for igual a 0, e inversamente a desigualdade é máxima quando for igual a 1.

² As curvas do gráfico de Lorenz permitem também medir as desigualdades; quanto mais se afastar da linha directa, maior é a desigualdade na distribuição

Quadro 3: Índice de GINI

	Bissau	Outras regiões	Total
Índice de GINI	0,37	0,33	0,36
Despesas anuais por habitante	216.409	145.793	164.061
Limiar 1 \$			
Pobres (1)	69.509	60.360	61.311
Não pobres (2)	231.566		190.715
Comparação entre (2) e (1)	3.1		3.1
Limiar 2 \$			
	113.04	96.998	100.312
	324.182	253.282	278.352
	2.9	2.6	2.8

Gráfico 1: Curvas de concentração das despesas



3. CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA POBREZA

3.1 Políticas et performances macro-económicas

25. A instabilidade política institucional e os choques endógenos são factores que, nos últimos anos, influenciaram grandemente a progressão da pobreza na Guiné-Bissau. Trata-se de um fenómeno ligado a fragilidade da governação, cujas consequências caem sobre o funcionamento deficiente das instituições e geram cadeias de evolução negativas noutros sectores, nomeadamente no sector económico e social. Se bem que esta situação já existia antes da guerra de 1998-99, que é fruto da má governação, a instabilidade político institucional ganhou contornos alarmantes após o conflito político militar que ceifou a vida de milhares de pessoas e destruiu uma parte das já fracas infra-estruturas económicas, sociais e administrativas, pondo em causa a viabilidade do Estado.

26. Efectivamente, uma das maiores consequências do conflito armado foi o aumento do nível da pobreza, reflectido na degradação da prestação de serviços de base, na destruição de habitações e outras infra-estruturas de base, na degradação do nível de segurança e no enfraquecimento do estado de direito. Com o conflito armado, a maior parte dos avanços económicos conseguidos no país foram anulados; o PIB real regrediu na ordem dos 28% entre 1998 e 1999; a produção agrícola caiu de 17% durante este mesmo período e as perdas para o sector privado foram avaliadas em 90 milhões de USD. A situação precária dos sectores sociais deteriorou ainda mais. As camadas mais vulneráveis da população foram as que mais sentiram com maior severidade as consequências do conflito. O conflito político militar provocou também o enfraquecimento da administração pública.

27. Por outro lado, a evolução imediatamente após o conflito foi marcada por uma crónica instabilidade político institucional, causada por um difícil relacionamento entre os poderes políticos, instituições democráticas, diferentes forças políticas e as forças armadas. Os episódios mais relevantes desta instabilidade são, nomeadamente, a confrontação armada entre as facções das forças armadas no final do ano 2000, falta de sucesso nos esforços de formação de coligação para uma governação estável, dissolução do Parlamento legalmente eleito em finais de 1999, falta de sucesso de muitas experiências de governação, até ao golpe de Estado de Setembro de 2003, evidenciaram as dificuldades da construção de um Estado de direito na Guiné-Bissau. Este quadro político institucional instável mostrou-se fortemente prejudicial à aplicação de políticas económicas e sociais capazes de inverter a tendência, iniciar o relançamento económico e a redução da pobreza.

28. O fraco crescimento económico resultado da implementação, no passado, de políticas macro-económicas e sectoriais inadequadas é um outro factor determinante da taxa elevada da pobreza na Guiné-Bissau. As políticas económicas executadas durante as três últimas décadas não tiveram qualidades suficientes para inverter a tendência de fraca performance.

29. O fraco crescimento está também ligado a falta de valorização das potencialidades do país nos diferentes sectores, nomeadamente na agricultura, pesca, turismo, etc..., o que limita a participação destes sectores no crescimento económico do país. Se bem que o país tem vantagens comparativas a nível da sub-região para a produção e exportação de muitos produtos para além da castanha de cajú, o fraco investimento privado nestes sectores e produtos, devido a fraqueza da poupança e ausência de um clima propício para negócios e investimentos, limita a possibilidade de desenvolvimento destes sectores e o impacto que poderão ter no crescimento económico, na criação de oportunidades de emprego e na melhoria da competitividade externa do país.

30. A evolução económica destes últimos anos mostra que durante 1990-2001 verificou-se um recuo do nível de vida de 1,3% por ano. Em 2002, o país registou uma taxa de crescimento negativo do seu PIB de -7,2%. Como resultado das consequências do conflito de 1998-1999, o investimento, em percentagem do PIB, passou de 21,8% em 1997 para 11% em 2003, comprometendo assim a esperança de reconstrução. A poupança local é negativa desde 1998 até ao presente momento. A ajuda pública ao desenvolvimento baixou, passando de 74,2% em 1994 para quase 29,2% do PIB em 2002. Por habitante, a ajuda pública ao desenvolvimento caiu de 133,8 para 40,4 dólares respectivamente em 1994 e 2004.

31. A economia não se diversifica e o sector primário agrícola (agricultura, pecuária e pescas) continua a ser o maior contribuinte do PIB com 57,4%, em 2002, enquanto que a indústria e serviços contribuíram respectivamente com 13% e 29,6% no mesmo ano. O sector agrícola emprega uma parte substancial da população activa estimada a 79,2% em 2002, contra apenas 4,8% para a indústria e 16% para os serviços. A economia continua a ser de mono exportação da castanha de cajú cujas exportações ultrapassaram 93.000 toneladas em 2004/2005 e representa desde 2000 90% do valor das exportações do país.

32. O estado da economia da Guiné-Bissau nos últimos anos é caracterizado por uma degradação constante dos principais indicadores macro-económicos. O crescimento do PIB real como já foi sublinhado se situa a 1% entre 2000 e 2004, nível muito elevado para estancar a regressão do nível de vida das populações. A inflação foi contida com a adesão da Guiné-Bissau à UEMOA e a adopção do FCFA como moeda. A inflação baixou bruscamente, passando de dois algarismos antes da entrada na UEMOA para uma média inferior à 4%. No ano 2004 ela foi estimada em 2%.

33. Ao nível das finanças públicas, assistimos a uma degradação constante dos principais indicadores do orçamento. O saldo primário corrente em percentagem do PIB, que era de 5,3%, 6,6% e 3,1% respectivamente em 1997, 1998 e 1999, diminuiu durante o período 2000-2003 com uma média anual de -5%. A taxa da pressão fiscal, muito baixa em relação a média dos países da sub-região (17%) está a decrescer, e a média dos quatro últimos anos é de 9,7%. Por sua vez as despesas de investimento financiadas com recursos internos diminuíram de 3,5 mil milhões de FCFA em 2000 para 2,5, 0,7 e 0,1 mil milhões de FCFA em 2001, 2002 e 2003 respectivamente.

34. No que respeita ao rácio massa salarial relativamente as receitas fiscais, a tendência é ir cada vez mais para níveis insuportáveis, passando de 54% em 1999, para uma média de 77,1% no período 2000-2003. Se esta tendência se mantiver, assistiremos a um desmoronamento total das finanças públicas, trazendo como consequência a acumulação permanente de atrasos no pagamento dos salários

35. O país tem uma dívida externa muito excessiva. A dívida líquida externa (estoque da dívida) atinge a soma de 540,1 mil milhões de FCFA, com um serviço da dívida que representava em 2004 364,9% e 43% respectivamente do PIB e das exportações. O serviço da dívida externa deveria representar durante o mesmo ano 103,4% do total das receitas, sem contar com os donativos, e 43,9% das exportações. A carteira da dívida é marcada pela importância da acumulação de atrasados que vem já de alguns anos devido ao não pagamento dos serviços vencidos da dívida externa. O estoque da dívida externa evoluiu nestes últimos anos como se apresenta na tabela nº 4. O aumento do estoque da dívida para com os credores bilaterais e comerciais é o resultado da acumulação de atrasados de juros e não de novos desembolsos da parte desta categoria de credores. Efectivamente, durante este período, os desembolsos foram fracos. No final de 2004, a dívida externa foi calculada em 540,1 mil

milhões de FCFA dos quais 129,9 mil milhões de FCFA eram acumulação de atrasados com todos os credores externos excepção feita ao IDA/BM, BAD/FAD e o FMI.

Quadro 4 : Guiné-Bissau: Estoque total da dívida externa por credor

	(em milhões de USD)		
	2001	2002	2003
Multilaterais	403.016,0	424.260,0	431.953,0
Dos quais			
IDA	228.689,0	234.990,0	237.830,0
FAD	109.930,9	124.779,0	127.167,0
Bilaterais	555.962,0	449.104,0	464.518,0
Club de Paris	448.241,0	312.273,0	324.394,0
Dos quais			
Antes da data limite	371.429,0	224.549,0	232.741,0
Após data limite	76.812,9	87.724,0	91.654,0
Não Club de Paris	107.720,0	135.805,0	140.124,0
Comerciais	733,0	1.026,0	1.085,0
TOTAL	959.711,00	874.390,0	897.556,0

36. No cômputo geral, a parte da dívida bilateral é preponderante (57,4%) no total da dívida externa, enquanto que a situação sem atrasados indica uma parte significativa da dívida multilateral no estoque (seja 52,8%). Esta situação demonstra que se a política adoptada consiste em continuar a acumular atrasados, ela é mais significativa para os credores bilaterais, dos quais credores membros do Club de Paris, cujos atrasados atingiram no final de 2004, 82,1 mil milhões de FCFA, contra (342,8 mil milhões de FCFA) para os credores não membros do Club de Paris e 12,6 mil milhões para os credores multilaterais. O impacto dos atrasados traduz-se no aumento do custo dos empréstimos que se tornam mais caros devido a importância dos atrasados, e uma diminuição dos meios para financiar futuros serviços, devido a suspensão de financiamentos externos, e uma parte do serviço a ser suportado no período 2004-2009 de 56,1% em média das receitas orçamentais, sem donativos do Estado e de 49,2% em média das despesas para que são consagradas.

37. A dívida para com os países membros do Club de Paris representava em 2003 324,394 mil milhões de FCFA, dos quais 71,7% é dívida contraída antes da data limite, 28,3% são classificadas como dívidas após data limite que não são reescalados nos termos dos acordos do Club de Paris. Um reescalamento não concessional dos atrasados desta categoria de dívida foi conseguido durante a última reunião do Club de Paris. Prevê-se que a Itália vai anular 100% da sua dívida no Ponto de Conclusão da IPPTE, enquanto que a Espanha vai dar um tratamento comparável caso a caso. Um acordo com o FMI vai permitir prever um alívio substancial no quadro da Iniciativa a favor dos Países Pobres Muito Endividados. Contudo receia-se que o mesmo tratamento da dívida externa no quadro da IPPME não será suficiente para garantir a sua sustentabilidade. A iniciativa tomada pelo Grupo dos Oito países mais industrializados e confirmada pela Assembleia-geral do FMI e do Banco Mundial em anular a dívida dos países

pobres, continua a ser uma esperança. O problema que se coloca é de o país poder beneficiar desta decisão o mais rapidamente possível.

38. A dívida para com os credores não membros do Club de Paris representa quase 30,2% da dívida bilateral. Esta categoria beneficiou do perdão de dívida acordado por Cuba e República Popular de China. Negociações com vista a obtenção de alívio no quadro da IPPME da parte dos outros credores, particularmente dos três Fundos Árabes, ainda não tiveram sucessos.

39. Tratando-se da dívida interna, apesar do seu montante total não estar ainda totalmente conhecido, as primeiras estimações indicam que poderá atingir 62,7 mil milhões de FCFA no final do ano 2003. Deste total, quase 82% representa os atrasados internos. Os montantes indicados no quadro abaixo representam um défice orçamental maior para o governo que continua a contar com recursos muito limitados. Tendo em conta as receitas próprias do Estado (em média 30 mil milhões de FCFA por ano) e o nível do PIB (150 mil milhões de FCFA) o montante de 80 mil milhões de atrasados internos parece enorme e aquém da capacidade de resolução da Guiné-Bissau, sem contar ainda com o peso da dívida externa.

Quadro 5: Total dos atrasados internos (em milhões de FCFA)

	1999	2000	2001	20002	2003
Saldo por pagar, auditoria 31/12/99	20.300,0				
Salários e indemnizações diversas		1.251,0	190,5	729,6	6.973,6
Aquisições de bens e serviços		5.621,9	2140,3	2.980,4	7.674,4
Embaixadas		595,3	137,8	560,1	98,8
Restituições		967,2	192,7	34,0	781,4
Conta à Ordem		3,4	187,9	15,1	19,6
Sub total	20.300,0	8.438,8	2.849,2	4.319,2	15.547,7
Total (acumulado)		28.738,8	31.588	35.907,2	51.454,9
Atrasado das eleições 1999					315,9
Atrasado das eleições 2004					323,4
Atrasados bolsas					69,3
Fundo de contrapartida					1.860,2
Bom de virement não compensados					4.844,1
Saldo Direcção do Plano					3.877,3
Sub total	20.300,0	28.738,8	31.588	35.907,2	11.290,2
TOTAL (acumulado)	20.300,0	28.738,8	31.588	35.907,2	62.745,2

40. A situação das contas externas é marcada pela fraca capacidade exportadora do país. As exportações que cobriam inteiramente as importações em 2000 e 2001, apresentaram em 2002, 2003 e 2004 as seguintes taxas de cobertura: 93,1%, 99,8% e 94,1% respectivamente. A balança dos serviços continua deficitária no período 2000 a 2004 com uma taxa em percentagem do PIB de -14,3% em 2003 e de -16,9% em 2004. Os défices comerciais conjugados com os défices do comércio e serviços conduzem naturalmente à um défice da balança corrente para o período 2000-2004. Durante os últimos três anos, o défice da balança de transação corrente foi em percentagem do PIB de -14,3% em 2002, -10,2% em 2003 e -15% em 2004. Os fluxos de ajuda e o não pagamento da dívida externa permitiram contudo que a balança geral apresente saldos positivos de 2000-2004.

Políticas sectoriais

41. As infra-estruturas de apoio às actividades económicas são fracamente desenvolvidas. A insuficiência e a medíocre qualidade das infra-estruturas rodoviárias (2755 km dos quais apenas 755 km asfaltadas) e portuárias, com problemas de assoreamento e falta de equipamentos, tornam elevados os custos dos transportes. As telecomunicações são fracamente desenvolvidas apesar do início de uma nova dinâmica induzida pela introdução de telefones celulares. Em finais de 2001, a Guiné-Bissau dispunha de 7000 linhas telefónicas operacionais num total de apenas 10.500 linhas instaladas. As dificuldades de abastecimento em energia eléctrica figuram entre os maiores obstáculos ao desenvolvimento económico e social. Só 5,7% da população tem acesso à energia eléctrica e ainda de forma irregular. Na capital Bissau esta proporção sobe apenas para 12,9%. Esta situação afecta a qualidade da vida das populações e dificulta o desenvolvimento das actividades industriais e serviços.

42. A Guiné-Bissau tem excelentes condições naturais para o desenvolvimento da agricultura; contudo estrangimentos de ordem técnica e organizacional assim como a fraca produtividade e o encravamento das regiões produtoras impedem a afirmação de uma agricultura competitiva, como vector central do crescimento económico. O sector das pescas sofre da fraca estruturação e do fraco rendimento da pesca artesanal, assim como da prática de concessão sem discriminação de licenças, o que favorece uma exploração mal controlada dos recursos haliêuticos e constitui uma ameaça para os ecossistemas marinhos. Enquanto país saheliano, a Guiné-Bissau serve de tampão climático à expansão de desertificação sahariana, aos países húmidos da sub-região. Contudo, as medidas de protecção da biodiversidade com vista a preservação do equilíbrio ecológico sub-regional têm sido insuficientes. Práticas anti-ambientais alastram-se, favorecidas pela pobreza. Poucas iniciativas foram tomadas com vista a valorizar racionalmente a riqueza do meio ambiente.

3.2 Fraco acesso às infra-estruturas e serviços sociais de base

Educação e pobreza

43. A educação é um sector nevrálgico na problemática da pobreza na Guiné-Bissau. Este sector é caracterizado por fracas performances e meios humanos, materiais e financeiros disponíveis. Os recursos afectos à educação no Orçamento Geral do Estado baixaram fortemente entre 1987 e 1995 de 15% para 10%. Esta proporção equivale a 0,9% do PIB, comparado com a média na África subsahariana que é de 4% do PIB no mesmo período. A situação degradou ainda mais durante estes últimos anos. As despesas de educação representaram 11,2% e 13,1% no conjunto das despesas inscritas no Orçamento Geral do Estado respectivamente em 2001 e 2004. Em percentagem do PIB, estas despesas representaram 2,2% e 2,5% respectivamente em 2001 e 2004.

44. A taxa líquida de escolarização (TLE) por região, sexo e índice de paridade na faixa etária dos 7 aos 12 anos (dados do ano lectivo 1999/2000) é de 53,5% para os rapazes e de 36,3% para as raparigas. A Taxa Líquida de Escolarização progrediu no seu conjunto mas continua ainda bem longe da educação para todos. A escolarização progrediu nas sete regiões do país (Biombo, Cacheu, Oio, Bafatá, Quinará, Gabú e Tombali) e teve um recuo no sector autónomo de Bissau e Bolama (ver quadro 6). Mas, as regiões de Gabú e Oio assim como o Sector Autónomo de Bissau (SAB) e Bolama têm uma taxa de escolarização líquida abaixo da média.

Quadro 6: Taxa líquida de escolarização primária por género e por região

Regiões	1999 - 2000			2003/2004		
	M	F	MF	M	F	MF
SAB	50,2	52,4	51,2	45,4	43,6	44,4
Biombo	93,5	67,2	79,9	89,9	83,8	87,0
Cacheu	70,0	38,4	53,3	71,0	64,2	67,8
Oio	55,1	25,0	39,8	50,0	41,7	46,2
Bafatá	34,2	20,3	27,0	57,1	60,0	58,5
Gabú	43,6	29,4	36,3	52,1	56,4	54,2
Quinará	53,3	28,6	40,6	60,2	59,2	59,8
Tombali	56,1	32,4	43,8	76,6	77,5	77,0
Bolama	76,7	59,2	67,8	53,9	51,5	52,7
Total Nac.	51,7	38,5	45,3	58,0	55,9	56,9

Fonte: GEP

45. As taxas brutas de escolarização (TBE) por região, sexo e índice de paridade, na faixa etária dos 7 aos 12 anos, revelam um índice de paridade de 0,7.

Quadro 6-a :Taxa bruta de escolarização primária por género e por região

Região	2000			Região	2003		
	M	F	MF		M	F	MF
SAB	110	94	102	SAB	95	87	91
Biombo	161	132	147	Biombo	167	151	159
Cacheu	128	79	105	Cacheu	132	105	119
Oio	84	44	65	Oio	94	64	80
Bafatá	55	38	62	Bafatá	88	85	87
Gabú	62	43	53	Gabú	79	79	79
Quinara	102	56	80	Quinara	107	90	99
Tombali	106	63	85	Tombali	126	110	118
Bolama	135	106	121	Bolama	107	92	100
Total Nacional	95	68	84	Total Nacional	103	90	97

Fonte : Dados do PAEB/Firkidja MEN, Junho de 2003

46. A escolarização das raparigas progrediu fortemente excepto no sector Autónomo de Bissau e Bolama. O rácio rapariga/rapaz melhorou no conjunto do país passando de 0,7 em 1999-2000 para 0,8 em 2003-2005. A progressão deste índice foi notória em todas as regiões com excepção do sector Autónomo de Bissau onde a paridade já tinha sido atingida. Apesar dos esforços consentidos para atingir a paridade do género na educação primária, o país tem ainda um grande atraso.

47. A esperança de vida escolar é de 3,6 anos, destacando-se negativamente as seguintes regiões com grandes problemas de retenção e de abandono: Gabú, 1,8; Bafatá, 2,1; Oio, 3,1; Tombali 3,3. As raparigas permanecem muito menos tempo no sistema educativo, devido a factores ligados aos fenómenos socioculturais e económicos, nomeadamente a excisão feminina, o casamento e a maternidade precoce, a sua participação em actividades geradoras de rendimento. A pequena infância, etapa importante de socialização da criança, resume-se à

educação pré-escolar que se estende da faixa etária de 3 aos 6 anos, com uma taxa de cobertura insuficiente (2,3%).

48. Em termos de acesso, os dados apontam para a existência de escolas incompletas, que não cobrem as quatro classes da primeira fase das seis classes do ensino básico. Em 1999/2000 o rácio aluno/sala era de 64, passando para 90 em 2001/2002. Quase 52% dos alunos do ensino primário estão concentrados no primeiro e segundo anos. Só 56,6% das escolas oferecem um ciclo completo de quatro classes.

49. Relativamente à qualificação técnica-pedagógica dos professores, apenas 40,5% dos professores do Ensino Básico possuem diplomas. O rácio aluno/professor é de 39. A qualidade dos professores do ensino básico, recrutados na sua maioria com o nível académico de instrução primária, continua a ser uma grande preocupação.

50. Em 1999 o número de estabelecimentos do ensino secundário aumentou para 27 (17 públicas e 10 de iniciativa privada), acolhendo, assim, 26.000 alunos. Relativamente à formação profissional de jovens e adultos, entre os cerca de 305.000 jovens e adultos com idades entre os 15 e 29, 1.332 estão nas 4 escolas de formação de professores existentes no país, 8.783 prosseguem os seus estudos liceais e os restantes entram muito cedo para o mercado informal de trabalho sem preparação adequada.

51. Em termos do ensino superior, o país conta com duas universidades todas sediadas na capital Bissau, sendo uma universidade pública (Amílcar Cabral) e a outra privada (Colinas de Boé), acolhendo 1.699 e 657 estudantes respectivamente. No mesmo período em análise, o número de docentes nas duas instituições foi de 56 e 51 professores o que representa uma taxa de enquadramento de 30 estudantes por professor para a Universidade Amílcar Cabral e de 12,88 estudantes para a Universidade Colinas de Boé.

52. O elevado ratio estudante/população total do país (1 estudante por 552 habitantes), resulta em grande parte, entre outras, da fraca taxa de inscrição neste nível de ensino, elevadas taxas de desperdício escolar ao nível do ensino secundário e, do fraco poder económico dos familiares para assumirem os encargos dos estudos dos seus filhos.

53. De salientar que, nos anos de 1980, o país dispunha apenas de um embrião do ensino superior representado pelas Faculdades de Direito, de Medicina e a Escola Normal Superior (ENS) Tchico Té. Neste período, a maioria dos estudantes do país eram formados no estrangeiro.

54. Foi em 1999 que o país viu nascer à primeira universidade (Amílcar Cabral) criada por Decreto n.º16/99 de 03 /02/99, publicado no B.O.n.º 41/99 de 6/12/99. Esta Universidade conta actualmente com 12 filiais nos domínios de ciências e das ciências humanas, tendo iniciado em 2003, depois de dois anos de estudos de viabilidade e de preparação.

55. A pesquisa universitária é praticamente inexistente fazendo com que as duas instituições deste carácter pratiquem apenas a função do ensino e formação. Os raros trabalhos de pesquisa são feitos por professores/investigadores isolados.

56. O Governo elegeu como uma das suas prioridades, a consolidação da sua capacidade nacional de formação e pesquisa como meio de se dotar de recursos humanos indispensáveis para o seu desenvolvimento e a luta contra o fenómeno da fuga de cérebros.

57. A taxa de analfabetismo dos adultos é estimada em 63,4% (em 2000). A taxa de analfabetismo feminino é de 76,2% e masculino de 47,4% (dados do INEC - ILAP). Estima-se que este elevado índice pode ser uma das causas da baixa taxa de frequência de crianças e jovens do sexo feminino nas escolas.

Saúde e pobreza

58. O paludismo, doença endémica de transmissão estável e prevalência elevada, é o maior problema de saúde pública. Como primeira causa de morbilidade e mortalidade infantil de crianças com menos de 5 anos de idade, representa mais de 50% dos motivos de consulta, 15% das causas de mortalidade e mais de 64% das causas de óbitos na pediatria do Hospital Nacional Simão Mendes.

59. Nas estruturas de saúde, apenas 38% das crianças com paludismo simples e 29% com paludismo grave recebem um tratamento adequado. Das crianças com menos de 5 anos de idade, só 5% dormem debaixo duma tenda impregnada (Fonte: DHE-SIS).

60. A cobertura vacinal contra o sarampo para crianças com menos de 1 ano de idade, entre 1990 e 2003, era muito variável, 19% em 1999, e a mais alta, 82% em 1995. Após o conflito militar de 1998, os esforços estão sendo levados a cabo no sentido de elevar o nível de cobertura vacinal.

61. As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) representavam em 2001, 9% das consultas dos adultos, contra 4% no ano 2000. Por ano, 120 mil pessoas estão expostas às IST devido à relações sexuais não protegidas (Fonte: DHE-SIS).

62. A Tuberculose é a doença mais mortal entre os jovens e adultos, com uma incidência anual estimada entre 1 a 1,25 novos casos com BK+, e a taxa de detecção se situa em mais ou menos 85%. No período 1991-2001, a incidência da TB de todas as formas passou de 80 a 130/100.000 habitantes. Este aumento é devido, em parte à sua interacção com o VIH, isto porque, 40 a 50% dos doentes são seropositivos; à escassez de recursos e à desestruturação que o programa sofreu na sequência da destruição do centro de referência pneumo-phtisiologia durante o conflito de 1998-99.

63. Estimativas do PNLS em 2001, apontam para uma taxa de prevalência do VIH1, incluindo a das infecções duplas, de 4% entre os adultos e do VIH2, de 2,7%. O número de pessoas infectadas pelo VIH seria de 33.900 pessoas. A repartição da infecção é quase idêntica nas zonas rurais e urbanas, e apresenta-se mais elevada ao longo do corredor económico Bafatá (5,8%), Bissau (4,7%), Gabú (3,9%). Sem a melhoria da eficácia da resposta nacional, o VIH1 atingiria em 2008 100.000 pessoas.

64. As consequências de uma tal situação são numerosas e preocupantes: pauperização das pessoas atingidas, das suas famílias, e aumento do número de órfãos da SIDA. Aumento da responsabilidade das pessoas idosas obrigadas a se ocupar dos netos com os seus fracos recursos; falta de capacidade do sistema sanitário para fazer face ao crescimento da demanda em cuidados de saúde, assistência médica, social e psicológica; aumento de mobilidade em certos meios profissionais (pessoal da saúde, professores, etc.) e na faixa etária (pessoas sexualmente activas). A este triste quadro junta-se o facto de o governo não dispor de recursos financeiros para atacar esta pandemia de uma forma mais frontal. As populações já são tão pobres que não podem suportar o tratamento dos seus familiares, nem tão pouco os encargos

inerentes aos órfãos da SIDA. O conjunto destas questões vai necessitar de estudos aprofundados com o objectivo de encontrar respostas apropriadas. Uma abordagem a múltiplas dimensões é exigida para definir intervenções específicas para cada aspecto e sector.

65. A mortalidade infantil, assim como a infanto-juvenil é elevada. Contudo registou-se uma relativa redução na taxa de mortalidade infantil (TMI) de 142% em 1990 para 124% em 1999. E durante o mesmo período, a mortalidade das crianças com menos de 5 anos de idade (TMM5) também diminuiu de 246% para 203%.

66. Em 1991 a mal nutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade era de 33%, enquanto que a desnutrição grave era de 2.5% (fonte: (ILADAP/MINSAP). O Inquérito do Grupo dos Indicadores Múltiplos (MICS) 2000, revelou que cerca de 25% das crianças dessa idade têm peso inferior do da sua idade, e 30% têm um atraso no crescimento. O baixo peso à nascença aumentou de 20 para 27,5%.

67. A mortalidade materna em 1990 foi estimada em 914/100.000 nados vivos (n.v) e no período de 1990-1996 por 822/100000 (n.v). Actualmente os números oficiais na base de monografias do PSB apontam para 700/100.000 n.v. O MICS 2000, utilizando uma metodologia diferente, obtém 348 por 100.000 n.v., considera-se no entanto que este número está subestimado porque grande número de partos ocorre nos domicílios e não são registados. As causas directas de óbitos estão ligadas às complicações obstétricas devido a hemorragias 42%, distocias 19%, infecções 16%, abortos 9% e eclâmpsias 6%. São também frequentes os casos de paludismo, de anemia e carências nutricionais. Por um lado, a taxa de utilização das CPN feita a 255.791 mulheres grávidas, indica uma frequência de 59%, e por outro lado, registou-se uma taxa de partos com assistência de 18% em 1999 e de 27% em 2003 (Fonte: DHE-SIS/MINSAP).

68. *Disponibilidade Serviços de Saúde:* As Direcções Regionais de Saúde representam estruturas descentralizadas do serviço nacional de saúde que deveriam ter pessoal em quantidade suficiente e com formação adequada. No entanto, existe um défice de certas categorias de pessoal e uma má distribuição em desfavor da periferia. Certas regiões continuam com falta de parteiras qualificadas. O rácio médico/habitante é de 7000; 1 enfermeiro para mais de 3000; uma parteira para 15614. O país dispõe de 1 Hospital Nacional (Hospital Nacional Simão Mendes), 3 Centros de Referência Nacional (Hospital Raoul Follereau, Hospital de Leprosaria de Cumura e Centro de Saúde Mental) 4 Hospitais Regionais e 118 Centros de Saúde. Os hospitais estão num estado de degradação avançado, confrontando-se, ao mesmo tempo, com falta de equipamentos e de pessoal qualificado. Torna-se obviamente necessário velar para que o sistema de aprovisionamento de Medicamentos Essenciais que funciona actualmente com modalidade de uma empresa para-pública possa ser reforçado em meios financeiros e humanos para garantir a disponibilidade destes medicamentos para a melhor disponibilidade dos serviços a todo os níveis. *Acessibilidade:* O país possui uma rede de infra-estruturas sanitárias relativamente desenvolvidas, mas de distribuição inadequada. O acesso aos cuidados do primeiro nível é muito difícil, segundo as regiões, por causas variáveis que vão desde a ausência de infra-estruturas (por exemplo na Região de Oio), até às vias de acesso e meios de comunicação (nas Regiões de Tombali, de Bolama e de Bijagós). O Sector Autónomo de Bissau (SAB) com mais de 300.000 habitantes tem uma fraca rede de Centros de Saúde, facto que provoca a sobrecarga do Hospital Nacional Simão Mendes (HNSM), única estrutura de referência nacional que carece grandemente de equipamentos e materiais médicos e paramédicos especializados. Na mesma situação de carências se encontram os quatro Hospitais regionais. O acesso aos cuidados completos de Saúde Reprodutiva é ainda muito fraco. *Qualidade dos serviços:* a qualidade insuficiente de certos serviços pode ser atribuída a

diferentes factores: a falta de competências técnicas, as estruturas dos serviços de saúde nem sempre são acolhedoras, a desmotivação de uma grande parte do pessoal devido ao reduzido estímulo para trabalhar no sector público (níveis de salário e de condições de trabalho em geral insatisfatórias; descrições de tarefas nem sempre conforme o trabalho; ausência de um verdadeiro plano de carreiras; mecanismos de controlo e supervisão ainda insuficientes); as infra-estruturas dos serviços de saúde (estrutura física, electricidade, água, etc.), assim como o próprio material sanitário, não correspondem, normalmente às necessidades de qualidade, eficiência e eficácia. *Utilização dos serviços*: a utilização é também limitada pelo custo dos cuidados, face à fraca disponibilidade das comunidades para pagar os serviços. Quanto ao sector privado, não se dispõe ainda de estatísticas fiáveis sobre os seus efectivos, mas calcula-se em cerca de 130 consultórios ou clínicas. Existem acordos de cooperação na prestação de cuidados, nomeadamente com o sector privado não lucrativo, nomeadamente as ONG e associações. Apesar da disponibilidade de medicamentos essenciais, existem certas deficiências que comprometem a sustentabilidade.

69. O funcionamento dos serviços é afectado pela penúria de recursos humanos qualificados, ruptura de medicamentos e fraquezas na implementação de estratégias avançadas. Ainda, a falta de motivação profissional prevalece por motivos ligados às precárias condições de trabalho e ao baixo nível dos salários pagos. Tudo isso aumenta a falta de confiança dos utentes nos serviços prestados e consequentemente a fraca utilização dos serviços.

70. A situação do sector da saúde não é bem conhecida por falta de indicadores suficientes e adequados. O fraco nível dos indicadores do sistema de saúde, em parte, foi consequência da destruição de importantes estruturas de saúde e fuga acentuada dos recursos humanos para o estrangeiro aquando do conflito político militar de 1998.

71. Os rácios entre as diferentes categorias profissionais e os habitantes são elevados. A repartição dos recursos humanos é desequilibrada, com uma forte atracção para os centros urbanos. Mais de metade do pessoal qualificado se encontra em Bissau. Existe uma grande carência de quadros especializados, encontrando-se serviços sem nenhum especialista (Fonte : MINSA/DRH, 2001). *Desenvolvimento sustentado dos Recursos Humanos da Saúde*: A aceleração do processo de implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Saúde implicaria que o Governo atribuísse elevada prioridade no domínio de Recursos Humanos, o que significa mobilizar e atribuir mais recursos financeiros, reconhecer e valorizar os profissionais de saúde, desenvolver políticas de emprego e carreiras flexíveis, incentivando a motivação e a retenção e promulgando legislação adequada. Criação de uma única instituição de pesquisa – *Instituto Nacional de Saúde Pública (INSAP)*: tal como previsto no seu Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS), o Ministério da Saúde Pública tem necessidade de criar a referida instituição de pesquisa para integrar os quatro departamentos com vocação para a pesquisa em saúde: o Laboratório Nacional de Saúde Pública, o Projecto de Saúde de Bandim, o Centro de Medicina Tropical e o Serviço de Higiene e Epidemiologia. Com esta integração conseguir-se-á maior eficiência na utilização de recursos humanos, financeiros e materiais para além de permitir o desenvolvimento de uma cultura científica no domínio da saúde e retenção de quadros com graus académicos elevados, nomeadamente os detentores de mestrados e de doutoramentos doutorados que actualmente trabalham nos diferentes departamentos e projectos do Ministério da Saúde Pública. *Instalações e Equipamentos da Saúde*: A questão de gestão de instalações e equipamentos da saúde ainda carece de um tratamento à altura da sua importância como um dos elementos essenciais da infraestrutura que também contribui juntamente com os medicamentos e outros instrumentos para o progresso rápido de cuidados de saúde. Por isso, justifica-se plenamente a criação de um *Centro Nacional de Instalações e Equipamentos da Saúde*, com estatuto de autonomia a definir,

tendo por missão o apoio técnico-normativo e de suporte a melhoria da gestão patrimonial do MINSAP. O exercício da função técnico-normativa permitirá resolver o problema da manifesta carência no domínio da normalização dos procedimentos e das condicionantes fundamentais dos projectos de construção, de conservação e de aquisição, manutenção e reparação de equipamentos para os diferentes níveis de prestação de cuidados de saúde.

Acesso à Água e saneamento básico

72- De acordo com os resultados do inquérito ILAP, mais de 95% das pessoas fazem um percurso, em média de cerca de 30 minutos para ter acesso à água potável. Existe, contudo, uma diferença entre ter acesso à água e ter acesso à água potável. A nível nacional só 54,6% da população tem acesso à água potável (canalizada, torneira ou fontanário público, poço protegido e cisterna) contra 45,5% que utiliza a água não protegida proveniente dos poços, rios, ribeiras etc. A nível nacional a média é de 5,1% da população que está ligada à rede pública de água potável, enquanto que 49,5% recorrem às torneiras ou fontanários públicos, poços protegidos ou cisternas para se abastecerem. Relativamente ao saneamento, cerca de 35% dos agregados ao nível nacional não têm casas de banho, há uma maciça utilização de latrinas/fossas mal concebidas que representam um grande perigo para saúde pública. Não existe nenhum sistema organizado de evacuação e tratamento do lixo urbano.

4. OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS

4.1 Visão a longo e médio prazo

73- A estratégia de luta contra a pobreza inspira-se nas opções feitas pelos guineenses no Estudo prospectivo de longo prazo “Djitu ten”, cujo horizonte temporal vai até 2025. A fim de fazer face aos desafios causados pelo atraso verificado em termos de desenvolvimento e promoção do bem-estar das populações, a visão a longo prazo projecta, através da abordagem do Djitu ten, baseada na valorização racional dos esforços e potencialidades internas, fazer da Guiné-Bissau: (i) um país bem governado com instituições equilibradas e controle dos poderes; com uma administração descentralizada e que valorize o mérito; (ii) um país com um ambiente favorável para um crescimento económico sustentável; com uma boa distribuição de rendimentos e bem integrado na sub-região; (iii) um país com recursos humanos bem formados e adequados às necessidades; (iv) um país com auto-suficiência alimentar e exportador de cereais na sub-região; (v) um país com gestão racional dos recursos naturais, e maior consciência ambiental dos cidadãos; (vi) um país pacífico na diversidade, que valorize o património cultural e garanta a igualdade de oportunidades entre géneros; (vii) um país forte, economicamente autónomo, e com boas infra-estruturas; (viii) um país com um sistema democrático que estimule a participação dos cidadãos nas decisões fundamentais e no cumprimento das exigências de um Estado de direito.

74. As estratégias delineadas pelo estudo prospectivo “Djitu ten” para concretizar esta visão foram enunciadas como se seguem: (i) Efectivar um sistema de governação que permite a criação de um clima favorável ao desenvolvimento, o uso racional, eficaz, transparente dos bens públicos, dos recursos humanos e onde os gestores são responsáveis perante a lei; (ii) Garantir uma boa educação e formação de recursos humanos; (iii) Garantir a existência de um sistema democrático, pluralista, participativo e estável; (iv) Assegurar a mobilização e a utilização racional dos recursos naturais, humanos e financeiros para um crescimento económico sustentável; (v) Construir bases sociais e infra-estruturais de um desenvolvimento durável.

75. A estratégia de redução da pobreza integra-se harmoniosamente na visão do “Djitu tem” e nas estratégias dela decorrentes. A tomada em consideração das evoluções subsequentes, sobretudo da ruptura introduzida pela guerra de 1998-1999 e suas consequências, implica a integração de elementos indispensáveis à construção da paz, reconstrução nacional, reconciliação e edificação de condições próprias para impedir a recorrência à violência armada. Nesta óptica, a visão integra a construção da paz e da consolidação das condições próprias a tornar irreversível o enraizamento do Estado de direito num país apaziguado, bem inserido na sub-região e fazendo face aos desafios da mundialização, explorando de forma apropriada as oportunidades da integração sub-regional e da Nova Parceria para o Desenvolvimento em África (NEPAD)

76. Como demonstrou o diagnóstico participativo do processo de elaboração do DENARP, a eliminação da pobreza, exige uma abordagem abrangente que toma em conta tanto os aspectos económicos, sociais e institucionais assim como culturais e ambientais. Nesta perspectiva, os problemas transversais como o da boa governação, luta contra corrupção, respeito pelos direitos humanos, a igualdade entre géneros, luta contra a pandemia do VIH/SIDA e as suas múltiplas consequências, reforço da capacidade institucional, a conservação do ambiente etc., têm uma importância particular.

77. O carácter estrutural da pobreza que requer acções tanto imediatas como as de médio longo prazo, torna necessária uma abordagem por fases, pois uma progressão na intervenção é indispensável, tendo em conta as capacidades de criar condições para um crescimento acelerado e os condicionalismos externos no domínio da mobilização de recursos.

78. Numa primeira fase que cobrirá o período 2005-2007 e cuja perspectiva é a reconstrução após conflito, os esforços serão concentrados na implementação de medidas e acções que terão efeitos imediatos e visíveis nos pobres. Para além da garantia da estabilidade macro-económica, as acções a serem implementadas concentrar-se-ão nos sectores chave da economia, nomeadamente agricultura, pescas, infra-estruturas de base e de apoio à produção, micro créditos, etc., susceptíveis de terem um impacto significativo no crescimento rápido e acelerado da economia do país. A melhoria quantitativa e qualitativa da oferta de serviços sociais será a alavanca para o desenvolvimento do capital humano. Numa segunda fase, em função da avaliação da primeira fase, serão definidas as acções tendentes à consecução dos objectivos a médio prazo.

4.2. Os Objectivos a médio e longo prazo

79- Os objectivos a longo prazo da estratégia de redução da pobreza articulam-se com as metas subscritas pela Guiné-Bissau nas instâncias internacionais. A taxa de pobreza retida para o ano 2004 (68.5% e 72,7%) é uma projecção daquela de 2002, decorrente da redução do rendimento per capita (cf. hipóteses abaixo mencionados.) Assim sendo, os objectivos que conduzem a estratégia são: (i) reduzir a incidência da pobreza geral, que passará de 68.5% em 2004, para 63.2% em 2010 e 58.1 % em 2015; (ii) reduzir a extrema pobreza fazendo-a baixar de 22,% em 2004, para 20.3% em 2010 e 18.7% em 2015, (iii) atingir, no horizonte 2015, os objectivos internacionalmente definidos relativamente aos sectores sociais no que concerne à educação e alfabetização, saúde, água e saneamento, e a habitação (iv) desenvolver às infra-estruturas de apoio à produção.

80- No sector da educação, trata-se de promover: (i) a expansão e melhoria do acesso à educação com vista à universalização do Ensino Básico, para atingir em 2007 a taxa de 83% e em 2015 cerca de 98% de crianças, cuja taxa actual de admissão é de 77,8% (GEP/2000); (ii) melhorar a eficiência interna do sistema, elevando o rácio de crianças que terminam o ensino primário para 25%; (iii) aumentar a taxa das raparigas que terminam o ensino básico, eliminando as disparidades no ensino primário e secundário e instaurando a igualdade até 2015.

81. No sector da saúde e da água potável trata-se de promover: (i) a redução em 2/3 da taxa de mortalidade infantil por nascimentos vivos : passar de 124/1000 em 2000 para 48/1000 até 2015, (ii) redução em 2/3 da mortalidade infanto-juvenil para mil nascimentos vivos : 203/1000 em 2000 para 80/1000 em 2015, (iii) redução em 3/4 da taxa de mortalidade materna por 100.000 nascimentos vivos : 700/100.000 em 2000 para 525/100.000 em 2015, (iv) aumento da taxa de ligação à rede de água canalizada nas cidades e o aumento de poços protegidos nas aldeias.

82. Os objectivos gerais do programa do DENARP, na ausência de choques exógenos, integram, por um lado, a definição do quadro macro-económico traçado com a Equipa Técnica do FMI revista no quadro do Staff-Monitored Program (Abril - Dezembro 2005), e por outro lado, o Programa Plurianual de Convergência 2005-07, que se insere no quadro do Pacto de Convergência, de Estabilidade, de Crescimento e de Solidariedade da UEMOA. Convém reconhecer desde já que tanto no quadro macro-económico de Junho/04 de Staff Monitored Program como no Programa Plurianual de Convergência, as perspectivas não auguram resultados satisfatórios a partir das projecções efectuadas, e só evidenciam uma retoma muito

lenta e gradual. A taxa do crescimento do PIB projectada é de 2,4%, 2,6%, 3,1% e 3,8% para os anos 2005, 2006, 2007 e 2008. O DENARP apoia-se nas perspectivas de mobilização de recursos para estimular com vigor o crescimento económico e permitir ao mesmo tempo a redução real da pobreza assim como atingir os OMD. O DENARP que cobre o período 2004-08, tem uma fase transitória de um ano que é objecto do plano de acção 2005. Um plano de acção plurianual 2006-08 vai permitir efectivar a operacionalidade do DENARP. O DENARP, cuja implementação será acelerada com a realização do plano de acção plurianual 2006-08 tem os seguintes objectivos: (i) garantir uma taxa média anual de crescimento de pelo menos 5% durante este período; (ii) limitar a taxa de inflação média anual a 3%; (iii) reduzir a taxa de incidência da pobreza geral que deverá passar de 68.5% em 2004 para 66.5% em 2007 e 65,4% em 2008, e taxa da extrema pobreza de 22% em 2004 para 21,4 em 2007 e 21,0 em 2008.

4.3 Hipóteses de base

83. A Guiné-Bissau é um país ao mesmo tempo pouco desenvolvido, pobre e muito endividado. Ele é também um dos países onde os OMD correm o risco de não serem realizados nos prazos estabelecidos. Os atrasos são consideráveis e no ritmo actual, nenhum dos sete OMD será atingido em 2015. É por esta razão que o DENARP deverá permitir, através de um crescimento forte e acelerado, de reformas estruturais bem definidas, de reduzir os défices razoáveis. Assim, a fixação dos objectivos de redução da pobreza neste horizonte é baseada nas seguintes hipóteses e condições:

- O crescimento médio anual do PIB no período 2005-2015, deverá situar-se em, pelo menos, 5%;
- A taxa de crescimento demográfico sendo de 2,1%, o saldo da absorção teórica do crescimento económico pelo crescimento demográfico afigura-se razoável;
- A taxa de crescimento médio per capita será fixada entre 2,4% e 3,4 %;
- Considerando que a desigualdade de rendimentos não se alterou e tendo em conta o seu fraco nível, a cada 1% do crescimento anual do PIB per capita corresponderá uma redução da incidência da pobreza mínima de 0.5%, o que servirá para tomar em conta os riscos de fuga e de não subestimar o impacto do crescimento sobre a redução da pobreza;
- A taxa média de investimento (global) deverá ultrapassar, pelo menos, 25 % por ano no período 2005-2015;
- Prevê-se uma forte mobilização de recursos externos que vai permitir progressivamente reforçar as capacidades de mobilização dos recursos internos;
- A Guiné-Bissau deseja beneficiar, durante o período de vigência do DENARP, para além dos apoios previstos no quadro da Iniciativa PPME, da decisão do Grupo dos Oito para anulação da dívida multilateral dos países pobres, e dos apoios exigidos e tratamento especial concedido aos países pós conflito.

4.4 Pré condições sócio políticas

84. O Governo está convencido, após análise retrospectiva da evolução da Guiné-Bissau, que a razão principal do agravamento da pobreza é a instabilidade e a recorrência a violência, traduzida nos repetidos golpes de Estado e conflitos armados, que sempre impediram a concretização dos programas e projectos de sociedade, enfraquecendo assim, cada vez mais, as já débeis estruturas e infra-estruturas do Estado. Por conseguinte, para a viabilização da estratégia de redução da pobreza, certas condições como a promoção da estabilidade, boa governação, reconciliação e promoção da paz, são necessárias afim de criar condições para que o recurso à violência armada não se repita.

85. O engajamento da Guiné-Bissau em criar as condições necessárias para a estabilidade já iniciou com a materialização da realização de uma transição destinada a restabelecer a legalidade constitucional. A realização de eleições legislativas livres e transparentes em Março/Abril de 2004 foi uma etapa concluída com sucesso. O governo constitucional, em função desde Maio de 2004, realizou num período de tempo aceitável, terceiro trimestre de 2005, as eleições presidenciais. A tomada de posse do presidente da república eleito organizado no dia 01 de Outubro dentro de um quadro republicano, encerrou o processo de transição iniciada após o golpe de estado de Setembro de 2003. Por outro lado, o programa do Governo prevê a realização de eleições autárquicas destinadas a completar o ciclo de consultas democráticas, e consolidar o processo democrático através de uma maior participação cívica da população na base.

86. Para fazer baixar a intensidade dos potenciais conflitos, o Governo vai promover a reconciliação entre as diferentes ex - facções das forças armadas e das forças sociais que estiveram implicadas nas crises políticas e militares precedentes. Esta reconciliação será extensiva a todas as componentes da sociedade, afim de criar condições para que a paz dure. Nesta perspectiva, o Governo, em colaboração com todos os órgãos de soberania, vai promover a edificação de um consenso das forças políticas e sociais à volta das questões de interesses vitais para o futuro da Nação. Uma reforma do sector de segurança (RSS) que será adoptada de forma consensual vai permitir reconstruir, de forma durável, a paz e por conseguinte as condições do desenvolvimento humano.

87. O Governo continuará com o programa de desmobilização e reinserção social dos ex-combatentes com vista ao redimensionamento das forças armadas em função das necessidades reais e da capacidade financeira do país, e eliminar os focos de tensão susceptíveis de estarem na origem de recursos a violência. Paralelamente ao redimensionamento dos efectivos, o Governo levará a cabo uma reforma profunda nas forças armadas, visando a reconfirmação da sua submissão às instituições políticas, e sua transformação em verdadeiras forças armadas republicanas, respeitosas das instituições democráticas.

88. Esta política de apaziguamento, com tendência para eliminar as ameaças à estabilidade, diminuir os riscos de recurso à violência e tornar irreversível o processo de consolidação da paz, terá uma vertente sub-regional, pois a Guiné-Bissau é um actor incontornável da paz na sub-região. A estabilidade e a paz internas terão efeitos positivos nos processos de estabilização e pacificação dos países vizinhos, eliminando potenciais focos de desestabilização na sub-região já muito afectada pelo alastramento de conflitos nos últimos anos.

89. Transformado-se em actor da pacificação e estabilização tanto interna como na sub-região, a Guiné-Bissau saberá valorizar o facto de ser um mosaico humano e sociocultural constituído pelo encontro de povos, civilizações e culturas da sub-região. Assim, o país poderá ser um elo de união, um factor de equilíbrio e um catalisador do processo de integração regional.

4.5 Principais actores

O papel do Estado

90. As responsabilidades do Estado evoluíram muito, devido ao processo de profundas reformas engajadas desde os meados dos anos 80. Estas reformas se traduziram na redução substancial do papel e do campo de acção económica do Estado. Contudo, o redimensionamento da esfera do Estado não afectou a sua missão essencial e exclusiva que é de conceber políticas e estratégias de desenvolvimento, produzir normas e regulamentar a actividade económica. Esta missão de arbitragem, regulamentação e promoção de um ambiente favorável ao investimento deve ser reforçada. A reforma da administração não foi terminada porque não permitiu: melhorar a eficácia pública na resposta as demandas sociais, garantir uma gestão transparente e eficaz dos recursos humanos, controlar a massa salarial e os efectivos da função pública, reforçar de forma definitiva as capacidades da administração pública. A redução do campo de acção económico do Estado deverá permitir uma maior eficácia no conjunto dos sectores que são da sua responsabilidade directa, e que têm um impacto directo na redução da pobreza particularmente no domínio da *educação*, da *saúde* e das *infra-estruturas*.

O papel do sector privado

91. Desde a liberalização económica nos meados dos anos 80, o sector privado desempenhou um papel cada vez maior na economia guineense. O reforço das organizações desta classe evidencia esta dinâmica que faz do sector privado o motor do crescimento económico, não obstante a existência ainda de um volume importante do investimento público. A criação de um ambiente favorável ao investimento estrangeiro vai consolidar ainda mais o seu papel na criação de empregos, na transferência de tecnologia e no alargamento da base tributária. O desenvolvimento do sector privado deverá ser acompanhado do reforço das capacidades do aparelho judicial, para favorecer o respeito pelas leis nos negócios, e facilitar a resolução de litígios que surgem nas operações comerciais, industriais assim como nas relações de trabalho.

O papel da sociedade civil

92. Apesar de ser ainda nova, a sociedade civil guineense é muito dinâmica e diversifica-se cada vez mais. As ONG e as associações de base, enquanto componentes essenciais e mais dinâmicas da sociedade civil, têm um papel capital no processo de luta contra a pobreza. Para desempenharem este papel, as ONG apresentam as seguintes vantagens comparativas: forte dinâmica organizacional, grande capacidade de acção e intervenção, bom conhecimento do terreno de intervenção, capacidade de conceber e implementar estratégias apropriadas aos contextos, e um capital de confiança e de colaboração com as outras componentes da sociedade civil. Não obstante algumas fraquezas decorrentes da sua juventude e das deficiências do processo de expansão em curso, as ONG têm sido parceiras valiosas do governo nas áreas da intervenção de base, e de redução da pobreza nas camadas mais desfavorecidas. O seu papel será, portanto, capital na implementação do DENARP. As instituições académicas e de pesquisa, os grupos de intelectuais e líderes de opinião assim como os médias serão outros actores importantes na promoção da boa governação como suporte da efectividade e eficiência da luta contra a pobreza.

O papel das populações

93. Enquanto alvo das acções de redução da pobreza, as populações têm um papel central na implementação da estratégia. O processo participativo pôs em evidência a consciência que as populações têm, não só dos problemas que se colocam, mas sobretudo das soluções apropriadas. Neste contexto, a sua participação na realização das acções assentará numa apropriação das soluções e o seu papel será capital tanto na realização, gestão e manutenção das infra-estruturas, na internalização de mudanças sociais inerentes às intervenções nos domínios da educação e saúde nomeadamente, quanto na consolidação e fiscalização da boa governação.

5. ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS E PROGRAMAS DE ACCÃO

94. Em conformidade com as consultas regionais realizadas e aspirações manifestadas pelas populações, que permitiram a identificação dos determinantes da pobreza, a estratégia de luta contra a pobreza para o período 2005-2008 deverá articular-se em torno de quatro eixos principais: 1) Reforçar a governação, modernizar a administração pública e assegurar a estabilidade macroeconómica; 2) Promover o crescimento económico e a criação de empregos; 3) Aumentar o acesso aos serviços sociais e às infra-estruturas de base; e, 4) Melhorar as condições de vida dos grupos vulneráveis.

95. O primeiro eixo visa promover um desenvolvimento institucional apoiado sobre uma boa governação e uma larga participação de todos os actores na luta contra a pobreza. Os factores que estão na base da frágil governação serão particularmente visados, situando verdadeiramente as responsabilidades e tomando as decisões que se impõem para sancionar as práticas de desvios e corrupção. As medidas previstas visarão a eficácia na gestão pública e na participação do cidadão, assim como a reforma do sector da segurança e da defesa. Garantir a estabilidade macroeconómica é uma condição necessária para um crescimento sustentável e o combate contra a pobreza. Para esse efeito, será necessário melhorar os mecanismos de gestão económica e financeira dos recursos públicos. Com vista a promoção do desenvolvimento local, será criado um quadro legal sobre a descentralização e o desenvolvimento local. No sentido de melhorar a estabilidade política e institucional, será necessário criar um quadro propício à implementação do Estado de direito que permita o respeito da democracia, a prática da boa governação política e a submissão de todos os actores nacionais, nomeadamente as forças armadas, à Constituição e leis que regem o funcionamento do Estado guineense. Nesta perspectiva, é importante que a reforma do sector da segurança, da defesa e da justiça seja realizada.

96. O segundo eixo da estratégia, visa acelerar o crescimento económico não obstante os atrasos registados. Para tal, é indispensável criar as condições para a recuperação e o relançamento de uma economia enfraquecida pela crise político militar e a instabilidade política. O sector privado deverá ser o principal actor. A sua intervenção deverá incidir principalmente na agro indústria (incentivar o sector privado na transformação local de castanha de caju e de frutas de exportação), na pecuária (criação de espécies de ciclo curto), nas pescas privilegiando a pesca artesanal pela modernização dos equipamentos, a organização da fileira e a criação de estruturas de conservação dos produtos da pesca e no turismo³. Os efeitos imediatos deste eixo permitirão a criação de empregos e o aumento dos rendimentos. Igualmente, o alargamento da base tributária terá o seu impacto nas receitas orçamentais do Estado. *Estes recursos acrescentados àqueles* que o país *tirá* da iniciativa PPME, serão utilizados para apoiar programas sectoriais de redução da pobreza. Neste eixo são igualmente incluídas as infra-estruturas económicas de base, nomeadamente no domínio do transporte e da comunicação.

97. O terceiro eixo visa a implementação de programas que vão melhorar directamente o nível de acesso dos pobres aos serviços sociais de base, de valorização do potencial natural e a melhoria das condições de vida. *As intervenções definidas a este efeito deverão ter um impacto real sobre as condições de vida das populações com atenção a que o acesso aos serviços sociais seja equitável.*

³ Para um mais amplo desenvolvimento sobre os sectores chave do crescimento, ver a secção sobre o crescimento do sector agrícola.

98. O quarto eixo preconiza a melhoria das condições de vida dos grupos vulneráveis, a redução das disparidades do género e a promoção da equidade social. *Trata-se de ajudar a travar a transmissão inter gerações da pobreza, ajudando directamente as populações pobres através de transferências adaptadas, a sair da precaridade. Tratar-se-à igualmente de se atacar às consequências da doença, particularmente da SIDA que mergulha as pessoas infectadas e respectivas famílias no fenómeno da pobreza. Os órfãos da SIDA, os deficientes e as pessoas idosas fazem parte também das camadas vulneráveis que merecerão e deverão ser particularmente assistidas. Acções específicas em favor das mulheres, sobretudo chefe de famílias são também previstas, nomeadamente para se atacar às causas que as mantêm num estado de: analfabetismo elevado, falta de formação profissional, casamento precoce, fraco acesso aos cuidados da saúde reprodutiva. Também, terá que se tomar em conta acções específicas em favor das vítimas das minas e outros engenhos explosivos (OEE) cujo impacto se faz sentir de forma mais incidente nas populações pobres do mundo rural e urbano. Com efeito, a necessidade de prosseguir as acções de desminagem na Guiné-Bissau é duma importância capital pois as zonas minadas e afectadas por OEE são as de maior actividade de subsistência das populações pobres, nomeadamente onde praticam-se a cultura do arroz, a colheita da castanha de caju e pesca artesanal.*

5.1 Reforçar a governação, modernizar a administração pública e assegurar a estabilidade macroeconómica

5.1.1 Governação e estabilidade macroeconómica

99. A situação actual em que se encontra a Guiné-Bissau requer a criação de condições de base atendendo ao contexto pós conflito. Os programas de apoio ao desenvolvimento adoptados pela Guiné-Bissau com o apoio da comunidade internacional evoluíram num ambiente pouco favorável e traduziram-se em resultados negativos. Considerando que apesar da queda de actividade de -7,1% em 2002, um crescimento positivo, bem que fraco, se instalou entre 2002 e 2004 com uma média de 2,4%, a Guiné-Bissau tenciona relevar o desafio da aceleração do crescimento, graças a combinação dos seus esforços internos e da assistência da comunidade internacional. Assim, uma taxa de crescimento razoável de 5% em média está prevista durante todo o período de implementação da estratégia. A nova visão de desenvolvimento a médio e longo prazo que a Guiné-Bissau prevê implementar traduzir-se-à por uma transformação estrutural, com vista a assegurar a competitividade da economia e, por uma gestão pública transparente e eficaz, que permita a estabilidade macroeconómica. A transformação estrutural preconizada implica a diversificação da economia pela promoção de outras culturas de exportação e o aumento da produtividade agrícola, a modernização da pesca artesanal e melhoria da qualidade dos produtos, das condições de conservação, da promoção da transformação de produtos locais e do lançamento do sector do turismo.

100. O desenvolvimento dos sectores considerados chaves na criação de riquezas deve ser acompanhado de estratégias de políticas sectoriais que promovam os investimentos, as exportações e o emprego, no seio de um quadro macroeconómico são e equilibrado. O Governo considera essencial a preservação da estabilidade macroeconómica na medida em que ela incita os investidores e é essencial para qualquer política que visa um crescimento económico durável. Por outro lado, as baixas taxas de inflação, resultado de políticas macroeconómicas prudentes, serão favoráveis à salvaguarda de rendimentos e poder de compra das populações em geral e das mais desfavorecidas em particular. Ao mesmo tempo, elas reforçarão a confiança dos investidores. O Governo empenhar-se-á em reduzir os enormes défices das finanças públicas e da balança de transacções correntes, pela melhoria da capacidade de exportação e a diversificação das exportações agrícolas e da pesca artesanal.

Crescimento económico a médio prazo (2005-08)

101. Apesar da suspensão pelo FMI em 2001, do programa macroeconómico e financeiro apoiado no quadro da Facilidade de Redução da Pobreza e Crescimento (FRPC) e a adopção de programas a curto prazo, o que conduziu ao abandono do programa trienal, o Governo está confiante no tratamento do país pós conflito de que beneficiará e que lhe abrirá o caminho a um novo acordo trienal com o FMI e o Banco Mundial apoiado pela FRPC.

102. As projecções do FMI mostram uma evolução gradual da taxa de crescimento do PIB real que deveria passar de 2.4% em 2005 para 2,6% em 2006, 3,1% em 2007 e 3,8% em 2008. O crescimento médio para o período considerado seria assim de 3%. O governo espera ultrapassar esta taxa de crescimento graças ao apoio dos seus parceiros, elevando a taxa a uma média de 5% durante e após o período de implementação da estratégia de redução da pobreza. Neste sentido, será necessário: (i) um aumento da ajuda pública ao desenvolvimento, e dos investimentos diretos estrangeiros, (ii) uma melhoria da contribuição do sector da agro indústria, fundada nomeadamente na diversificação de produtos e na modernização de algumas fileiras, principalmente do caju e dos produtos da pesca artesanal, e a transformação desses produtos através de PME/PMI. A intensificação dos esforços na perspectiva da redução da pobreza através de um crescimento mais forte constitui um grande desafio que a Guiné-Bissau pretende concretizar para as suas populações desfavorecidas.

103. A estrutura do consumo final das administrações deveria estar dominada, visando a eficácia destas despesas para o alcance dos resultados relativos à melhoria da quantidade e da qualidade dos serviços públicos e do funcionamento adequado da administração pública. O consumo privado aumentará mais rapidamente graças ao crescimento económico. O aumento dos rendimentos deveria levar as famílias a constituir progressivamente uma poupança que poderia ser canalizada no sector financeiro e de micro finança.

Política fiscal e orçamental a médio prazo

104. Por razões do acima exposto, o Governo estabeleceu como objectivo principal da sua política a estabilidade macroeconómica. A realização deste objectivo passa por: (i) a implementação efectiva de reformas comunitárias, com acento tónico sobre a política orçamental; (ii) a procura da coerência e do respeito dos critérios de convergência estabelecidos pela União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) no quadro da supervisão multilateral; (iii) medidas apropriadas de reformas fiscais destinadas a alargar a base tributária através de nomeadamente, a reabilitação do sector privado, a emergência de novas pequenas unidades e da passagem do IGV (Imposto Geral sobre as Vendas) para o IVA (Imposto sobre o

Valor Acrescentado), elevando desta forma a taxa de pressão fiscal para níveis próximos da média comunitária (17%), a taxa de pressão fiscal só estando ainda próxima de 10%; (iv) a criação da direcção de grandes empresas a nível da DGCI com um duplo objectivo de aliviar e de simplificar a fiscalidade das PME afim de lhes permitir co-existir com as grandes empresas, e melhorar as receitas recolhidas junto a estas últimas; (v) intensificar e suscitar a difusão do sistema de contabilidade da UEMOA (SYSCOA) afim de diminuir a imposição aleatória de certas empresas que não dispõem ainda de contabilidade; (vi) a instalação de um dispositivo de fiscalização marítima que terá como corolário o aumento das receitas não fiscais.

105. No que concerne as despesas públicas, o governo vai: (i) implementar uma política de contenção das despesas correntes afim de gerar um saldo orçamental de base não negativo, as prioridades orçamentais devendo estar concentradas sobre as despesas dos sectores sociais, através, nomeadamente, de recursos PPTE; (ii) promover uma política salarial mais justa pela implementação de uma nova grelha salarial mais equilibrada; (iii) redimensionar os efectivos graças ao recenseamento dos funcionários públicos, expurgando os fantasmas e os excedentários, o que numa larga medida se traduzirá numa redução dos efectivos e, conseqüentemente da massa salarial, procurando gradualmente atingir e permanecer aquém do rácio 35% das receitas fiscais, tal como fixado no quadro da convergência; (iv) informatizar a gestão do pessoal do Estado e dos seus saldos de forma a controlar os efectivos e a massa salarial e permitir uma gestão transparente e dinâmica dos recursos humanos; (iv) afectar recursos no quadro do Programa de Investimento Público numa base consentânea com as prioridades de redução da pobreza e de estimulação da actividade económica e do desenvolvimento do sector produtivo; (v) velar a não acumulação de atrasados internos para não afectar o funcionamento do sector privado. Por conseguinte, o nível de investimento registará um aumento significativo em 2006, em relação à média dos 7 anos precedentes, e se manterá estacionário durante os anos seguintes cobertos pelo DENARP.

106. A gestão da dívida pública externa será melhorada através: (i) da criação de um comité de seguimento; (ii) do reforço da direcção da dívida tanto em recursos humanos como em materiais. O Governo espera que o tratamento da sua dívida no quadro da IPPTE se fará num período rápido para lhe tornar sustentável e lhe permitir beneficiar de uma assistência conseqüente para o financiamento da sua estratégia de redução da pobreza.

A anulação da dívida multilateral após a decisão do Grupo dos Oito (G8) **interimada** pelas Assembleias-gerais do FMI e do Banco Mundial constitui uma mudança de porte no tratamento da dívida externa, que a Guiné-Bissau pretende fazer tudo para tirar os benefícios o mais rapidamente possível, para o alívio da sua população. A Guiné-Bissau engajará discussões necessárias para que os seus parceiros fora do Club de Paris se alinhem sobre as condições de tratamento da dívida que lhe serão reservadas pelo Club de Paris.

107. Para o tratamento da dívida interna, o governo procederá à sua auditoria afim de registar todos os créditos até fim de 2004. No termo da auditoria, tratar-se-à primeiro de transformar esses atrasados em dívida formal e, em seguida de estabelecer uma ordem de prioridade entre os diferentes tipos de credores, afim de poder elaborar uma estratégia visando a apuramento de todos os atrasados. Enfim, serão procurados financiamentos junto aos parceiros internos (sub regionais) e externos, negociando com os seus credores potenciais limites de abatimentos sobre os créditos oficiais assim como de novos termos de reembolso. O Governo é consciente de que as capacidades humanas e institucionais da gestão da dívida devem ser reforçadas. Uma melhor execução orçamental e o respeito das regras de atribuição dos mercados e de contracção de empréstimos serão de natureza a instaurar uma profunda disciplina no endividamento do país.

Contas externas

108. A dependência da economia em relação ao exterior constitui uma preocupação do governo. A médio prazo, esta tendência difícil de inverter, vai durar por razões de problemas estruturais derivados em grande parte, pelo défice da balança comercial que será agravada pelo aumento das importações no quadro dos investimentos públicos ligados ao DENARP. Consciente deste facto, o Governo preconiza: (i) desenvolver a pesca artesanal pela modernização do equipamento dos pescadores artesanais, a respectiva formação e enquadramento, uma melhor organização da fileira, o apoio à conservação e ao controlo sanitário laboratorial dos produtos da pesca destinados à exportação; (ii) estimular o enquadramento dos ponteiros e dos pequenos proprietários de plantações de cajueiros através de agro técnicas para aumentar o rendimento por hectare e melhorar a qualidade dos produtos; espera-se que o nível de produção da castanha de caju atinja neste período uma média anual de 125.000 toneladas, dos quais 24% serão transformados localmente e exportados até 2007; (iii) desenvolver as reformas estruturais e o reforço das capacidades institucionais e humanas necessárias para obter fluxos financeiros indispensáveis à sua estratégia de redução da pobreza, através do benefício da iniciativa PPTE e da anulação da dívida multilateral decidida pelo Grupo dos Oito e pelo FMI e Banco Mundial.

109. O comércio externo será estimulado. As exportações beneficiarão do melhor enquadramento dos operadores das fileiras de exportação. O aumento das importações será provocado em grande parte pelo aumento dos investimentos em infra-estruturas de apoio e de base e das despesas sociais. Em conclusão, a evolução da balança comercial acima indicada, o défice da conta corrente, excluindo as transferências oficiais, poderá melhorar-se gradualmente.

110. Por razões da sua característica de país essencialmente agrícola, as principais componentes que deverão impulsionar a recuperação e o relance da economia para uma cobertura gradual das importações pelas exportações, são os sectores da agricultura e das pescas.

Sector monetário e financeiro

111. No domínio monetário, importa reconhecer que a adesão do país à UEMOA, adoptando o franco CFA (moeda estável e convertível), constitui um trunfo para a economia guineense. Por conseguinte, o Governo prevê: (i) empreender uma política monetária prudente e em harmonia com os objectivos comunitários; (ii) criar condições propícias à diversificação do sector bancário; (iii) diversificar os produtos de exportação para reduzir a vulnerabilidade externa derivada do único produto de exportação (a castanha de caju) cujo o preço no mercado internacional é sempre sujeito a flutuações.

Reformas estruturais

112. Para o período 2005-08, o governo continuará a implementar reformas estruturais, nomeadamente nos seguintes domínios: (i) fiscalidade: criação de uma direcção de grandes empresas e reforço do sistema de registo dos contribuintes; (ii) gestão transparente das despesas: melhoria da execução do orçamento, reforço da inspecção e do Tribunal de Contas; (iii) descentralização das finanças públicas: elaboração, aprovação e implementação das leis das finanças públicas locais; (iv) gestão da dívida pública externa: criação do Comité Nacional de Seguimento da Dívida Externa; (v) gestão da dívida interna: auditoria da dívida interna, transformação dos atrasados em dívida formal, estabelecimento de uma ordem de prioridade

entre os diferentes tipos de credores, reforço das capacidades humanas e institucionais da gestão da dívida, sensibilização quanto ao respeito das regras de atribuição de mercados e de contracção de empréstimos; (iv) Programa de Desmobilização, reinserção e reintegração (PDRRI): execução da fase de reintegração dos combatentes desmobilizados e reinseridos; (vii) privatização das empresas públicas: conclusão da privatização das empresas públicas e da venda de participações do Estado; (viii) crescimento e desenvolvimento do sector privado: eliminação das barreiras burocráticas e administrativas à realização de negócios e de produtos estratégicos (pesca, castanha de caju, frutas, etc.); (ix) criação de um fundo de promoção económica. No domínio da reforma da Função pública, serão tomadas as seguintes medidas: (i) eliminação dos ex-funcionários das folhas de pagamento, e eliminação dos funcionários fantasmas; (ii) informatização do pessoal recenseado e criação de um banco de dados dos recursos humanos; (iii) informatização dos resultados compatíveis com os da Função Pública, com emissão mensal de boletins de salários por agente; (v) identificação e eliminação dos excedentes de funcionários, revisão das políticas de admissão e de reconversão; (vi) Elaboração a médio prazo de um plano de reforço das capacidades: criação de uma escola nacional de administração para a formação de novos funcionários e a formação contínua; (vii) privatização de certos serviços públicos.

113. A política do governo consistira em apoiar o sector privado, criando um ambiente necessário à sua recuperação do sinistro que conheceu durante o conflito político-militar de 1998-99, e ao seu desenvolvimento. Neste contexto, a estratégia será baseada em: (i) o pagamento da dívida interna; (ii) a revisão do código de investimentos tornando-o ainda mais simples e flexível face aos engagements comunitários; (iii) o reforço das capacidades correspondentes às suas necessidades, e o reforço da DGPIP dotando-a de um dispositivo de apoio e de seguimento das empresas; (iv) exploração efectiva das oportunidades oferecidas no quadro da integração regional (incluindo o NEPAD) e da cooperação com os países amigos; (v) a promoção e a diversificação das PME/PMI (mais vocacionadas para agro indústria) e a implementação de um programa de crédito favorável; (vi) adopção de um sistema de incitação fiscal e de uma política fiscal favorável às pequenas empresas e ao investimento directo estrangeiro; (vii) afectação dos investimentos públicos para aumentar a produtividade no sector privado.

5.1.2 Modernização da administração pública e reforço de capacidades

114. O Governo pretende levar a cabo um processo de reformas na Administração pública, para desengajar o Estado das actividades produtivas e comerciais, redimensionar a estrutura e os efectivos em função das necessidades reais e capacidades financeiras do Estado, e melhorar a eficácia dos serviços públicos. Estes objectivos são ainda de actualidade no que diz respeito à luta contra a desorganização, a indisciplina, a corrupção dos agentes do Estado, e à modernização da Administração pública. Os objectivos estratégicos deste processo de reforma são: (i) redefinir e redimensionar as funções do aparelho administrativo do Estado, ajustando o seu papel no cumprimento das missões de serviço público que lhe são confiadas; (ii) inverter a estrutura actual de criação de empregos no país, reduzindo o peso do Estado e aumentando significativamente o papel da iniciativa privada na criação e consolidação de postos de trabalho; (iii) reforçar as capacidades da administração pública para melhorar a sua eficiência; (iv) descentralizar e desconcentrar a Administração pública, aproximando-a dos administrados, e fazendo-a repousar sobre a efectiva participação dos cidadãos na resolução dos seus problemas.

115. O processo de realização deste objectivo terá como eixos principais: (i) a realização de uma reforma legislativa profunda; (ii) a realização de uma reforma e de um reforço

institucional; (iii) o reforço das capacidades das instituições de controlo; (iv) o reforço das capacidades dos recursos humanos; (v) o reforço das capacidades em matéria de análise e previsão macroeconómica; (vi) o reforço das capacidades em matéria de formulação de políticas e de planificação estratégica; (vii) a reforma do quadro jurídico e institucional do sistema de planificação estratégica; (viii) melhoria da coordenação das ajudas assim como da cooperação internacional; (ix) a promoção da inter conexão entre o sector público e o sector privado; e (x) a reorganização e o reforço do sistema estatístico nacional.

5.1.3. Consolidação do estado de direito e do aparelho judicial

116. Neste domínio os principais eixos de intervenção são: (i) a reforma institucional que torne viável um poder judicial eficaz e digno, funcionando dentro do respeito total do princípio da separação de poderes, e com uma legislação adaptada à realidade do país; (ii) o reforço das capacidades dos recursos humanos e fornecimento em materiais necessários a uma boa administração da justiça; (iii) a promoção do conhecimento da lei e do acesso à justiça; (iv) o reforço das capacidades dos serviços de apoio à Assembleia Nacional Popular afim de lhes dotar de meios humanos e materiais necessários ao desempenho correcto das suas funções; (v) o reforço de capacidades dos deputados; (vi) a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento do multipartismo. No sentido de favorecer o desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau, deverão ser implementadas acções que permitam a melhoria da estabilidade política e da segurança, nomeadamente: (i) a reparação e a reabilitação das instalações dos serviços dos ministérios encarregues da defesa e da segurança; (ii) o reforço das capacidades humanas e materiais dos serviços dos ministérios encarregues da defesa e da segurança; (iii) a realização de estudos que permitam fazer o diagnóstico e a formulação da estratégia nacional para a reforma do sector da defesa e da segurança; (iv) a cooperação e a coordenação entre as diferentes forças da segurança e da ordem pública (forças armadas e polícia) nomeadamente através do Conselho Nacional da Justiça e da Segurança já criado.

5.1.4 Apoio à descentralização e à concertação social

117. A política de descentralização far-se-à a um triplo nível, político, administrativo e económico, em função da participação das populações na gestão dos assuntos locais, de promoção do desenvolvimento local, de luta contra a pobreza, e de preservação da paz social. Para favorecer uma convergência de acções dos diferentes actores a favor do bem-estar das populações, a descentralização articula-se em torno das seguintes acções: (i) mobilização social e gestão da comunicação para um consenso nacional sobre a descentralização; (ii) reforço da sociedade civil e do papel da mulher; (iii) criação de um quadro legal de descentralização; (iv) mobilização e gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros.

118. Os objectivos principais são: (i) reforçar a capacidade institucional de todas as componentes da sociedade civil; (ii) viabilizar as instituições capazes de servir de interfaces entre as ONG's, as associações, os agrupamentos, o Estado e os parceiros internacionais; (iii) desenvolver a eficiência através do enraizamento do profissionalismo graças a recursos humanos de qualidade.

119. No domínio do diálogo social trata-se de: (i) viabilizar um quadro legal propício ao desenvolvimento da concertação social afim de enraizar a prática de consulta permanente propícia à paz social e ao trabalho; (ii) difundir a legislação sobre a concertação social; (iii) reforçar as capacidades do Governo, das entidades patronais e dos sindicatos em matéria do diálogo social.

5.2. Promover o crescimento económico e a criação de emprego

5.2.1. Melhoria do ambiente de negócios e estímulo aos sectores que empregam os pobres

120. O desenvolvimento do sector privado é o pilar das estratégias definidas para promover um crescimento rápido e sustentável. O sector privado foi assim reconhecido pelo Governo como motor de crescimento e da conseqüente redução da pobreza. Neste sentido, o Governo já iniciou a implementação de um projecto de reabilitação e de desenvolvimento do sector privado (PRDSP), cujo o objectivo é de dotar o país de um tecido de empresas e de indústrias concorrencial, qualificado e produtivo, capaz de fazer face aos desafios da integração do país na UEMOA.

121. Os principais eixos de intervenção são as infra-estruturas, a privatização, a melhoria do ambiente de negócios e a reforma do sistema judicial. Assim, a intervenção aposta essencialmente na reforma e na modernização de sectores fundamentais ao crescimento do país, tais como infra-estruturas de telecomunicações operacionais, serviços dos portos e dos aeroportos, o desengajamento do Estado do sector empresarial, a adequação das leis comerciais à da OHADA, a eliminação da burocracia e outros obstáculos que dificultam os negócios no país. O acento é também posto sobre a implementação de medidas estruturais tais como a continuação da privatização das empresas públicas, que possibilitam um crescimento real da economia, que estimulem o desenvolvimento social, através de uma abordagem participativa na qual o sector privado terá um papel muito importante, para o desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo.

122. Para além das quatro componentes mencionadas, este projecto inclui um mecanismo piloto para o financiamento de capital num país pós conflito. Existe um consenso sobre a necessidade de uma recuperação rápida do investimento privado para que haja crescimento, mas a existência de grandes barreiras como a destruição de bens activos e a fraqueza do sector bancário bloqueiam o investimento no país. Existe igualmente um consenso sobre o facto de que enquanto a questão do financiamento do investimento não for resolvida de uma forma mais directa, a oferta não poderá ser estimulada e a recuperação económica pós conflito da Guiné-Bissau será difícil ou impossível.

123. O programa visa sustentar e reabilitar os prejuízos causados aos bens activos privados e, será baseado nos seguintes princípios: (i) assistência pós desengajamento às empresas públicas em via de privatização/liquidação ou PME privadas; (ii) o apoio às empresas que atraem um investimento privado suplementar; (iii) a selecção pelos investidores de empresas viáveis. O primeiro princípio evitaria a subvenção de empresas públicas não viáveis. O segundo garantiria que o programa seja baseado em princípios sólidos, tendo em conta que as empresas que recebam a assistência seriam seleccionadas pela empresas privadas dispostas a investir o próprio dinheiro. O terceiro faria com que as empresas que recebam a assistência funcionem na base de princípios de negócios privados e não sob a orientação das autoridades públicas.

124. No entanto, admite-se, tendo em conta a situação actual de descapitalização do sector privado guineense, que a soma de 2 milhões de dollares a fundos perdidos, a disponibilizar por este programa, não seja suficiente para satisfazer as necessidades actuais do sector privado. Estima-se, em caso de sucesso do programa PRDSP, que isso constituiria um meio para mobilizar recursos suplementares e criar um Fundo de Promoção Económica (Programa de crédito).

125. Está previsto, com a implementação deste projecto, a diminuição do custo de realização de negócios na Guiné-Bissau afim de tornar o país mais concorrencial e por consequência atrair mais investimentos de empresários nacionais ou estrangeiros, contribuindo para o aumento de empregos estáveis e para a redução da pobreza no país; a normalização do sistema judicial actualmente confrontado com problemas cruciais de insuficiências de várias ordens, de iniciar reformas concernentes ao quadro jurídico dos negócios, que se enquadrem nas normas da OHADA.

5.2.2. Estimular os sectores produtivos e promover a diversificação e a competitividade da economia

126. Para fazer face à nova conjuntura, as seguintes orientações políticas foram adoptadas: (i) aplicação efectiva de uma política de liberalização; (ii) nova distribuição de responsabilidades entre os diferentes actores de desenvolvimento; (iii) desengajamento progressivo do Estado e a consequente promoção do sector privado; (iv) redefinição das competências dos diferentes serviços públicos e das instituições rurais, em conformidade com os princípios de uma efectiva desconcentração e descentralização administrativas.

127. A implementação das orientações políticas e estratégicas exige meios orçamentais para cobrir o conjunto das despesas de funcionamento dos serviços de investimentos de base, para além das despesas de pessoal. Para atingir este objectivo, o orçamento do estado afecto ao sector agrário deve, pela parte concernente a agricultura, pecuária e florestas, ser multiplicado pelo menos por dois em relação ao montante actual numa primeira fase, e conseguir atingir pelo menos 20% do orçamento em 2008. Um outro aspecto importante é o reforço da capacidade institucional e de gestão dos actores do sector rural.

128. Os novos investimentos e os programas que visam a melhoria da segurança alimentar e a redução da pobreza de forma durável, serão orientados em função das prioridades estratégicas a seguir definidas: (i) intensificação da produção de cereais, nomeadamente do arroz (pesquisa e multiplicação de sementes, reabilitação, ordenamento e manutenção das bolanhas de água doce e de água salgada); (ii) desenvolvimento do aconselhamento/vulgarização de base e formação técnica dos produtores e das associações rurais; (iii) desenvolvimento das exportações; (iv) melhoria das infra-estruturas rodoviárias e fluviais; (v) reforço da organização e das iniciativas do sector privado; (vi) intensificação e modernização da pesca artesanal e responsabilização dos diferentes actores do sector das pescas.

129. Para aliviar as populações rurais da extrema pobreza, os objectivos da política do sector agrário abaixo mencionados foram retidos: (i) garantir a segurança alimentar; (ii) aumentar e diversificar as exportações agrícolas; (iii) garantir a gestão racional e a conservação dos recursos agro silvo pastorais; (iv) melhorar o quadro de vida das populações rurais.

130. Garantir a segurança alimentar. A Guiné-Bissau preconiza não somente a melhoria da produção quantitativa de produtos alimentares para cobrir o défice existente, mas também se engaja em garantir uma disponibilidade de produtos alimentares em todo o país e durante todo o ano, bem como promover a criação e a distribuição de rendimentos para que mesmo as camadas mais pobres da população tenham acesso a todo o momento a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente. Por isso, o reforço das condições de conservação de cereais e de produtos frescos da pesca e carnes constitui um eixo importante.

131. É essencial que o acento seja posto sobre estratégias que visam: (i) a diversificação da base produtiva; (ii) o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimentos; (iii) o aumento da competitividade, da produtividade e da venda de produtos alimentares locais, incluindo os produtos da pecuária; (iv) a diversificação das exportações agrícolas através de novos produtos como frutas e legumes; e (v) a promoção da criação de um maior valor acrescentado ao caju através da sua transformação.

132. Aumentar e diversificar as exportações agrícolas. O caju representa uma vantagem comparativa para a Guiné-Bissau e continuará a ser no futuro, uma componente essencial para o rendimento das populações rurais. No entanto, é importante diversificar as exportações agrícolas (mangas, citrinos, frutos silvestres, madeira tratada, etc.), afim de evitar a dependência excessiva do mercado de caju. A estratégia do Governo é assim baseada nos seguintes pontos: (i) criação de um quadro de concertação e de pilotagem da política de comercialização do caju entre os produtores, os comerciantes e o governo; (ii) desenclavamento das zonas de produção; (iii) concessão de crédito de comercialização aos operadores da fileira; (iv) desenvolvimento comum das fileiras frutíferas (mangas, citrinos, frutos silvestres); (v) apoio ao desenvolvimento a montante da fileira (com os privados e as PME garantindo a transformação com um equipamento adaptado); (vi) reforço das capacidades de estocagem (instalações frigoríficas) e a produção de embalagens.

133. Assegurar a gestão racional e a preservação dos recursos agro-silvo-pastoris. Este objectivo visa: (i) manter em estado de equilíbrio o capital nacional de recursos naturais (florestas, solos, água, biodiversidade) através de um nível aceitável de exploração e de realização de acções apropriadas de preservação e de conservação. Por razões de multiplicidade de intervenientes e de interesses contraditórios a gerir, o Governo pretende: (ii) desenvolver a intersectorialidade entre os diferentes parceiros. O Ministério da Agricultura desenvolverá por sua vez uma capacidade de comunicação para: (iii) elaborar e difundir as informações, mensagens técnicas e suportes pedagógicos, favorecendo assim a sensibilização, a formação e a mobilização de todos os actores, nomeadamente as comunidades rurais.

134. As mudanças profundas introduzidas pela lei da terra impulsionaram a necessidade de definir uma nova política florestal. A nova política vai permitir uma maior incitação económica e financeira das comunidades rurais (tabancas) na utilização, e exploração florestal através de: (i) o inventário e ordenamento dos recursos florestais; (ii) a aplicação efectiva das taxas (reforço dos meios de controlo); (iii) a revisão das taxas de corte de árvores sobre as espécies mais procuradas, assim como das taxas de exportação afim de cobrir por um lado os custos de reflorestação e de manutenção de novas plantações florestais, e por outro, encorajar a transformação local da madeira; (iv) a melhor gestão do fundo florestal, atribuindo recursos aos programas de reflorestação que servirão para engajar trabalhadores rurais ou comunidades rurais; (v) a regulamentação e o controlo das exportações do carvão vegetal e a promoção da utilização de fontes de energia alternativas; (vi) o desenvolvimento de programas piloto de gestão comunitária de fogos precoces para combater os incêndios de floresta; (vii) a actualização dos inventários florestais e a realização da zonagem agro ecológica; (viii) a promoção de sistemas de gestão comunitária.

135. Melhorar o quadro de vida das populações rurais. O desenvolvimento económico do sector rural não poderá atingir os seus objectivos sem que haja em paralelo, um desenvolvimento harmonioso do nível de vida, isto é, fixar para as comunidades rurais, objectivos ambiciosos em matéria de saúde, de educação, de habitação, de hidráulica agrícola, de saneamento e de laser. A maioria destas acções não é da responsabilidade directa do Ministério das Agricultura; mas, na medida em que aparecem como indispensáveis ao

desenvolvimento do sector, o Ministério da Agricultura estudará com os outros ministérios e parceiros de desenvolvimento a melhor forma de as realizar.

136. Para o sector da pecuária prevê-se, a médio prazo, acções nos domínios da saúde, da alimentação e de melhoria da gestão dos animais de ciclo curto. Elas respondem essencialmente aos objectivos de aumento rápido da produção, (i) garantindo uma melhor cobertura sanitária do país, (ii) implementado meios de luta contra as epidemias das manadas, (iii) melhorando a alimentação animal (particularmente em ligação com as acções de aumento da produção de milho), e (iv) dando mais ênfase sobre as criações de ciclo curto afim de contribuir para o aumento de produtos animais na alimentação rural e urbana, participando na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida. Pode-se assim sublinhar igualmente a necessidade de uma maior implicação dos beneficiários, sobretudo das mulheres (que jogam um papel importante nas criações de ciclo curto) e uma melhor responsabilização do sector privado, a montante e a jusante, nas actividades de pecuária, em particular na comercialização e transformação.

137. De acordo com as necessidades de desenvolvimento da pecuária e a melhoria da competitividade, o estado se desengajará das actividades produtivas do sector da pecuária. Nesse sentido, prevê-se o início da privatização de certos serviços veterinários e de farmácias veterinárias com sede em Bissau e no interior do país.

138. No quadro das acções de pesquisa e desenvolvimento de base, serão experimentadas as possibilidades de alimentação do gado, utilizando como complemento pastagens naturais e potencialidades dos sub produtos da agricultura. Serão assim vulgarizados, sobretudo nas províncias do leste e do norte, os bancos forrageiros e estábulos a estrumeiro a partir dos resultados das acções pilotos já realizadas com certos produtores. É também necessário trabalhar para: (i) a melhoria genética das raças locais pelo método de selecção de animais que apresentam um bom potencial genético; (ii) a introdução de técnicas simples e apropriadas à criação de animais de ciclo curto; (iii) a introdução de raças melhoradas nas tabancas e periferias urbanas; (iv) a implementação de um programa de protecção sanitária; (v) o desenvolvimento de um sistema de crédito adaptado à compra de animais melhorados e de alimentos do gado.

139. A política florestal nacional foi definida no sentido da afirmação das opções de conservação do potencial existente e dos equilíbrios sócio ecológicos, da satisfação das necessidades das populações e da responsabilização desta última na gestão dos recursos. Assim, é urgente: (i) formar, sensibilizar e organizar as populações para a defesa do meio ambiente natural, através de uma exploração racional e equilibrada, e a fiscalização das práticas anti-ambientais; (ii) introduzir, reforçar e aplicar o sistema de penalização para infracções ambientais relativas a: não possessão de licenças formais de exploração de recursos naturais, não respeito das normas e procedimentos estabelecidas, não respeito das quotas de exploração fixadas, não observância da interdição de exploração de espécies protegidas e dos períodos de caça, e ainda a violação de áreas proibidas; (iii) definir claramente as competências e delegar a autoridade às entidades administrativas regionais e locais nas suas jurisdições, para uma administração efectiva.

140. A Guiné-Bissau é um país saheliano e serve de tampão climático à expansão da desertificação sahariana aos países húmidos como a Guiné-Conakry (República da Guiné), a Serra Leoa, a Libéria, o Gana, entre outros. Por conseguinte é necessário adoptar políticas ambientais estratégicas e proteccionistas no quadro da integração sub-regional afim de evitar custos de carácter “spill-over” que possam comprometer o equilíbrio ecológico sub-regional.

141. Para melhorar a performance do sector agrícola e combater a pobreza através do crescimento das receitas, é necessário dinamizar as actividades extra agrícolas pela: profissionalização dos jovens através da redinamização do comércio local e do desenvolvimento da pesca artesanal; dinamização das lojas agrícolas afim de reduzir o período de défice alimentar familiar, o desenvolvimento das feiras e dos mercados agrícolas e aumento das capacidades dos produtores. Através das lojas agrícolas, geridas pelas associações rurais de mulheres, a Guiné-Bissau pretende valorizar os excedentes da produção em particular os de carácter alimentar (arroz e milho) e comercial (castanha de caju, óleo de palma, mel, cera, amendoim), procurando favorecer uma maior segurança alimentar a nível das tabancas e estimulando a venda de outros produtos comerciais em mercados regionais e centrais. Desta forma, a capacidade dos agricultores em intervir na fixação dos preços agrícolas e em dispor de um maior espaço de intervenção política aumentará. Estas lojas permitirão também aos agricultores a compra, nas próprias localidades, de pequenos materiais agrícolas (catanas, enxadas, foices, etc.), sementes hortícolas e outros factores de produção.

142. A venda destes *inputs* permitirá às lojas, a reaquisição de novos stocks para venda no ano seguinte. A entrada deste tipo de lojas no circuito de comercialização da castanha de caju, permitirá aos produtores agrícolas determinar directamente o preço de comercialização da mesma, protegendo-os assim, da especulação actual preponderante.

143. Trata-se igualmente de proporcionar uma dinâmica para que os jovens rurais possam desenvolver actividades regulares de prestação de serviços à comunidade. Jovens rurais dos dois sexos, beneficiarão do acesso, em regime de micro crédito, ao equipamento para construir ou reforçar as suas oficinas no domínio da mecânica, carpintaria, construção civil, serralharia, reparação de rádios, tinturaria, costura, etc., permitindo-os gerar recursos financeiros e incentivá-los a permanecer nas zonas rurais e não emigrar para Bissau ou para os países vizinhos. Através de pequenos cursos regulares de formação, será garantida uma melhor qualidade na prestação de serviços afim de responder às exigências da procura local.

144. As estratégias para a valorização da pesca, implicam: (i) uma reforma para clarificação do papel do Estado e das atribuições e competências dos intervenientes no sector das pescas; (ii) o reforço de capacidade dos recursos humanos afim de criar uma massa crítica de profissionais em cada sector de intervenção. Trata-se de (i) implantar estruturas locais de formação no sector da fiscalização e da pesquisa; (ii) elevar o nível profissional dos efectivos em serviço, particularmente dos marinheiros pescadores embarcados nos barcos de pesca, dos trabalhadores das oficinas de reparação naval, dos agentes de fiscalização e dos observadores de pesca; (iii) aumentar o nível dos quadros para a promoção profissional nas funções de comando (capitão, contramestre e mecânico), particularmente do pessoal afecto aos navios de pesca industrial com pavilhão guineense, e as indústrias de tratamento de pescado (sector de frio) e de transformação; (iv) formar quadros especializados, pessoal científico, quadros da administração, de gestão de empresas do sector e, especialistas em reparação naval.

145. Para a implementação da política florestal e ambiental, a estratégia adopta uma abordagem programa e articula-se à volta de seis eixos prioritários para dar ao desenvolvimento florestal uma dinâmica à altura dos problemas que se colocam: (i) domínio fundiário: definição legal dos espaços florestais qualquer que seja o seu estatuto fundiário e a sua delimitação; (ii) implementação de um plano director de desenvolvimento da floresta comunitária, participativo e descentralizado, em proveito das colectividades rurais; (iii) diminuição da pressão sobre as florestas pela intensificação da agricultura (agro-florestas) e da pecuária; (iv) melhor gestão das florestas, assumindo a sua conservação, a sua valorização, a sua regeneração; (v) formação

florestal e pastoril a vários níveis; (vi) um programa de pesquisa a longo prazo, sobre os ecossistemas tropicais frágeis.

146. A política nacional de gestão ambiental visa contribuir para um desenvolvimento sócio-económico sustentável do país, e apoiar na procura de soluções para garantir a segurança alimentar, a erradicação da pobreza, o controlo da poluição e saneamento do ambiente, a conservação dos recursos naturais e o controlo do avanço da desertificação, assim como a minimização dos impactos antrópicos que influenciam a modificação climática.

147. Para a implementação desta política, as acções seguintes serão desenvolvidas: (i) promover o ordenamento do território nacional; (ii) garantir a segurança alimentar e fornecer produtos excedentários ao mercado, em qualidade e quantidade suficientes, através de uma gestão sustentável dos recursos naturais; (iii) proteger, preservar e melhorar a qualidade de vida da população através da luta contra a fome, as doenças e o analfabetismo; (iv) desenvolver a capacidade nacional de intervenção técnica, científica e financeira a diferentes níveis – local, nacional, regional e internacional; (v) promover a participação de todas as componentes e organizações da sociedade na gestão e protecção do ambiente; (vi) promover a criação de empregos alternativos no domínio da protecção do ambiente e da salvaguarda dos recursos naturais; (vii) contribuir de forma activa ao desenvolvimento da cooperação sub-regional e internacional em matéria de gestão do ambiente.

148. O desenvolvimento económico do sector rural não poderá atingir os seus objectivos, sem que haja em paralelo, um desenvolvimento harmonioso do nível de vida, isto é, fixar às comunidades rurais, objectivos ambiciosos em matéria de saúde, de educação, de habitação, de hidráulica agrícola, de saneamento e de lazer.

149. No domínio do turismo, a estratégia deverá basear-se na: (i) viabilização de um quadro legal propício ao desenvolvimento acelerado e sustentável do sector turístico; (ii) adopção de um plano director do turismo articulado com um plano de gestão turístico; (iii) criação de um sistema de incitações ao investimento no sector turístico e hoteleiro; (iv) criação de uma escola de hotelaria e turismo; (v) protecção e valorização dos recursos naturais, sócio-culturais e históricos (vi) promoção da imagem da Guiné-Bissau como destinação turística de qualidade.

5.2.3. Desenvolvimento de infra-estruturas de base

150. O desenvolvimento das infra-estruturas é a pedra angular de todo o processo de redução da pobreza na Guiné-Bissau, porque estrutura toda a abordagem escolhida tanto nos sectores produtivos como nos sectores sociais. Todos os diagnósticos realizados identificam a insuficiência ou a deficiente conservação das infra-estruturas como o maior obstáculo para a valorização das potencialidades do país e para o desenvolvimento humano; portanto, a estratégia de redução da pobreza deve passar pela solução dos problemas de isolamento, de insuficiência de infra-estruturas e equipamentos de apoio à produção económica.

151. Para aumentar a mobilidade graças às infra-estruturas de transporte, foram definidos os seguintes eixos de acção: (i) definir e adoptar o conjunto de estradas que constituirão a rede prioritária, dando prioridade ao desclavamento das sedes das regiões, dos sectores e o acesso aos portos marítimos/fluviais; (ii) melhorar e entreter as pistas rurais de acesso às zonas de produção, criando programas rurais de reabilitação e de manutenção das pistas com a introdução de componentes de participação comunitária nessas acções (programas HIMO, modelo de Buba...), a promoção e qualificação das pequenas e médias empresas e gabinetes de estudo e de controlo locais; (iii) melhorar e entreter as estradas de ligação com os países

vizinhos, nomeadamente o Senegal e a Guiné-Conakry, conforme aos planos de transporte internacionais adoptados pelos organismos sub-regionais (UEMOA e CEDEAO); (iv) coordenar e articular o desenvolvimento da rede rodoviária com o sistema fluvial-marítimo, para garantir o fluxo contínuo no tráfico de escoamento de produtos para os centros de consumo e exportação; (v) melhorar a segurança rodoviária.

152. No domínio portuário, as prioridades seguintes são definidas: (i) melhorar a segurança da navegação marítima através da dragagem dos portos e dos canais, a sinalização, a balizagem, a aquisição de equipamentos de comunicação e de informação mais apropriados e a iluminação do cais; (ii) iniciar o processo de concessão ou de gestão privada dos portos; (iii) relançar o transporte marítimo e fluvial em sinergia com o transporte rodoviário, para o escoamento dos produtos nacionais; (iv) criar condições para estocagem e conservação de produtos (armazéns e câmaras frigoríficas) nos portos do interior; (v) estabelecer um plano director para o desenvolvimento do sistema portuário nacional; e (vi) reforçar os órgãos de intervenção no sector.

153. No domínio da aviação, as prioridades são: (i) reabilitar as infra-estruturas aeroportuárias de Bissalanca afim de garantir a ligação aérea internacional e criar condições técnicas objectivas que viabilizem o investimento privado neste domínio; (ii) garantir a segurança da navegação aérea, reunindo todas as condições exigíveis para a adesão efectiva da Aviação Civil Nacional à Agência de Segurança e Controlo da Navegação Aérea (ASECNA).

154. No domínio das telecomunicações, trata-se de: (i) promover a criação e o reforço de um quadro legal e jurídico visando a livre concorrência; (ii) liberalizar os diversos segmentos, nomeadamente o celular, a Internet, a importação de equipamentos, e limitar com o tempo, a exclusividade residual; (iii) garantir a cobertura total do país e (iv) nas aglomerações com população igual ou superior a 500 habitantes.

155. A estratégia para construir as bases energéticas necessárias ao desenvolvimento necessita de: (i) melhorar a produção, a distribuição e a gestão, reabilitando as infra-estruturas de produção e de distribuição, promovendo um novo sistema tarifário com a introdução do pré-pagamento; (ii) promover e valorizar formas de energia renováveis (solar e eólica) ou alternativa, através das actividades de pesquisa destinadas a desenvolver uma capacidade tecnológica interna baseada na exploração dos recursos energéticos locais; (iii) aumentar a cobertura nacional; (iv) promover a reforma e o desenvolvimento institucional do sector, através da adopção de um plano nacional de electrificação que tenha em consideração as potencialidades nacionais e sub-regionais.

5.3 Aumentar o acesso aos serviços sociais e às infra-estruturas de base

5.3.1. Reforço do investimento no capital humano

Educação e formação

156. As estratégias para melhorar e aumentar o acesso à educação e à formação, a qualidade do ensino, da gestão e a equidade, inscrevem-se na linha das iniciativas precedentes e/ou em curso tais como o Plano Quadro da Educação para o Desenvolvimento Humano (1993), a Conferência Nacional de Educação (1995), e o Plano de Acção sobre a Educação para Todos. Entre os princípios que nortearam as opções estratégicas, figuram a transversalidade da dimensão género, da equidade e da saúde preventiva. Nesta linha, os objectivos seguintes foram

declinados: (i) melhorar o acesso e o sucesso no ensino primário obrigatório e gratuito até 2015 para todas as crianças, com uma atenção particular para as raparigas e as crianças provenientes de meios mais desfavorecidos; (ii) melhorar em todos os aspectos a qualidade do ensino; (iii) eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário a partir de 2005 e instaurar a igualdade o mais tardar até 2015; (iv) desenvolver a educação para a pequena infância; (v) melhorar na proporção de 50% o nível de alfabetização de adultos, em particular das mulheres até 2015 e garantir aos adultos um acesso equitável aos programas de ensino de base e de educação permanente.

157. As acções estratégicas para a expansão do acesso são: (i) a promoção da universalização do ensino de base; (ii) a construção, reabilitação, equipamento e manutenção das salas de aulas, equilibrando progressivamente a oferta e a procura; (iii) a implantação de cantinas escolares; (iv) a criação de medidas incitativas para os melhores alunos; (v) a promoção e o encorajamento de parcerias com vários actores sociais: pais e encarregados de educação, comunidades, associações de base e ONG's na promoção da educação e da escolarização das raparigas.

158. As acções estratégicas fixadas para a melhoria da qualidade são: (i) a promoção da formação contínua e em serviço para os professores, inspectores e coordenadores; (ii) a reformulação do curriculum de formação inicial e contínua dos professores e dos programas, adaptando-os à transversalidade da perspectiva género, da educação para a paz e a tolerância, da saúde preventiva e da educação ambiental; (iii) apoio para a melhoria da qualidade, da produção e da distribuição de manuais escolares, incluindo outros materiais de apoio pedagógico como manuais de exercício para os alunos e guias de orientação para os professores; (iv) a criação de condições duráveis que permitam a continuidade do fornecimento de materiais didácticos aos alunos; (v) ajuda para a melhoria dos materiais, dos métodos e das técnicas de ensino do Português como língua não materna; (vi) o reforço da formação dos professores da língua portuguesa e dos professores em língua portuguesa; (vii) a criação e implementação de programas de sensibilização e de mobilização a favor da pequena infância; (viii) o apoio às iniciativas inovadoras no desenvolvimento da educação de base, realizadas a nível das ONG's, dos privados e das organizações comunitárias, em metodologias que garantem a melhoria das condições de salas de aulas, da gestão escolar, na escolarização das raparigas e da educação infantil e pré-escolar; (ix) o redimensionamento da educação da pequena infância numa perspectiva transversal – desenvolvimento, protecção e educação.

159. As acções estratégicas seguintes são indicadas para melhorar a equidade: (i) promover a escolarização e educação das raparigas; (ii) proporcionar a igualdade de oportunidades para as crianças dos dois sexos; (iii) assegurar a realização de programas de sensibilização, de mobilização social da comunidade, dos pais e encarregados de educação das raparigas para a mudança de mentalidade e de atitude relativamente à participação das raparigas na escola; (iv) fornecer às crianças deficientes a oportunidade de frequentar a escola e serem tratadas convenientemente; (v) promover o engajamento de professores numa proporção de pelo menos 40% de novas admissões; (vi) promover a criação de mecanismos que aliviam as mulheres dos trabalhos, sobretudo no campo; (vii) criar centros de alfabetização e centros de acolhimento de pequena infância.

160. As acções estratégicas para o reforço da gestão são: (i) a melhoria das condições de trabalho e de remuneração com atenção particular para as indemnizações de isolamento de professores colocados em zonas distantes; (ii) a melhoria dos procedimentos de gestão financeira e dos recursos humanos; (iii) a operacionalização de um sistema de informação orientado para a planificação e gestão descentralizada do sector educativo; (iv) a formação do pessoal na perspectiva de: eliminar as distorções tendo em atenção a questão do género,

melhorar a performance do pessoal, prestar serviços mais dinâmicos e eficientes, reforçar a capacidade institucional do Ministério da Educação; (v) a criação de condições para uma real descentralização e desconcentração dos serviços, encorajando igualmente um sistema de comunicação e informação eficiente; (vi) a realização de estudos sectoriais, de avaliação de programas educativos, com vista a obtenção de dados fiáveis que suportem a elaboração de um plano de acção para o sector educativo; (vii) a ajuda à implementação do Plano Nacional de Acção da Educação para Todos e outros programas do sector educativo no contexto de redução da pobreza.

161. No domínio da educação qualificada de jovens, as acções estratégicas compreendem: (i) a revisão da política de formação profissional; (ii) a diversificação dos sectores de formação profissional em conformidade com as prioridades dos programas de desenvolvimento local e nacional, promovendo a igualdade de oportunidades de formação entre os sexos; (iii) o alargamento da rede de centros de formação profissional comunitária, com prioridade para a formação de curta duração para jovens e adultos; (iv) a reciclagem de mestres tradicionais para um sistema de aprendizagem geograficamente mais englobante afim de beneficiar as zonas menos favorecidas; (v) a promoção de uma parceria dinâmica com o sector privado; (vi) a ligação entre a formação profissional e a educação para a paz, a tolerância, a saúde preventiva e a educação ambiental; (vii) a garantia aos jovens e adultos menos favorecidos de uma educação de base e de uma formação profissional de inserção adaptadas às necessidades pessoais e à realidade sócio-económica do meio.

162. Na área do ensino superior, as acções estratégicas visadas são: (i) a consolidação da formação superior nacional dotando-a de recursos humanos e materiais indispensáveis à garantia da sua qualidade; (ii) a melhoria do ensino superior através de reformas e harmonização do sistema, promovendo a formação e a pesquisa; (iii) o estabelecimento de parcerias com as universidades estrangeiras em particular as da sub-região e do espaço da CPLP, visando reforçar as capacidades institucionais em matéria de formação, promoção da pesquisa e da inovação tecnológica; (iv) criar as condições financeiras para a sustentabilidade das formações; (v) melhorar o impacto do Ensino Superior no desenvolvimento humano do país.

Saúde e nutrição

163. A degradação da situação sanitária é um entrave real ao desenvolvimento humano e sócio-económico do país. O PNDS é um documento quadro de referência sectorial global, um suporte importante para a contribuição do sector da saúde na luta contra a pobreza na Guiné-Bissau. A política nacional de saúde articula-se à volta do princípio de CPS e baseia-se nos princípios directores seguintes: (i) a consolidação dos cuidados primários de saúde através de um pacote mínimo de actividades (PMA); (ii) a implicação efectiva das comunidades no financiamento, na gestão e na tomada de decisão dos problemas e programas de saúde; (iii) um maior acesso aos serviços de saúde, aproximando a população através de estratégias avançadas; (iv) a distribuição equitável dos recursos humanos, materiais e financeiros; (v) a melhoria do funcionamento dos serviços de saúde e da qualidade de prestação de cuidados, incluindo os aspectos de acolhimento; (vi) a descentralização gradual da gestão; (vii) a definição e aplicação de uma política para os recursos humanos, incluindo um plano de formação e estratégias globais para a melhoria das condições de trabalho; (viii) o desenvolvimento de uma melhor colaboração inter sectorial e o reforço da estratégia de Informação, Educação e Comunicação (IEC).

164. O sector da saúde associou-se ao desafio universal ao qual a Guiné-Bissau se inscreveu, numa perspectiva a longo prazo, de controlar as doenças associadas à pobreza, à exclusão e à

ignorância, num contexto de boa governação e de desenvolvimento autónomo de um sistema de saúde dinâmico, para uma vida decente e digna, no quadro da Agenda 2020 (Comité Regional/África-AFR/RC50/8Rev.1). Os objectivos do sector da saúde são consentâneos com o desafio universal de redução da pobreza, “contribuir para a melhoria da situação sócio-económica da população da Guiné-Bissau”. Isso implica que o sistema nacional de saúde seja reforçado a todos os níveis, incluindo, tanto os serviços de prestação de cuidados como as estruturas de gestão e suas respectivas ligações funcionais intra e inter sectoriais, afim de responder de forma apropriada às necessidades gerais e específicas das populações.

165. As estratégias seguintes foram definidas: (i) aumento da cobertura e a melhoria da qualidade de serviços de cuidados primários de saúde e dos centros de referência, com ênfase na redução da mortalidade materna infantil através da saúde reprodutiva; (ii) considerando a vulnerabilidade das crianças e mulheres grávidas, a melhoraria da qualidade de tratamento dos casos de paludismo e a implementação do Plano Estratégico de Luta contra o Paludismo no quadro da iniciativa (FRP) e da estratégia acelerada para o desenvolvimento e a sobrevivência das crianças; (iii) a definição e implementação de estratégias de reforço de capacidades no domínio dos cuidados obstétricos de urgência, desde o nível básico, até ao primário e completo, ou de referência nos hospitais, através da SR; (iv) adaptação de uma estratégia apropriada de redistribuição, de motivação e de fixação de quadros dando prioridade às periferias.

166. A intensificação do combate contra o HIV/SIDA/IST, a malária e a tuberculose no quadro das iniciativas internacionais estabelecidas. Neste contexto, para além do PENLS, do Plano Estratégico Nacional/SIDA, elaborado na base de uma abordagem programática multi-sectorial (MAP), e da consolidação e expansão da estratégia DOTS no tratamento da tuberculose, nota-se: (i) o reforço da capacidade institucional na gestão dos recursos e na melhoria do acesso aos medicamentos, incluindo os ARV; (ii) a divulgação dos conhecimentos sobre a prevenção de doenças através de actividades inter-sectoriais e de informação, educação e comunicação, a favor da mudança de comportamentos. Uma consideração reforçada da transversalidade do VIH/SIDA exige a realização de estudos e de medidas para favorecer: (i) a duplicação prevenção/tratamento e o acesso aos cuidados para um maior número de utentes no quadro de um centro de tratamento apropriado combinando, inclusive o tratamento ambulatorio; (ii) o encargo das pessoas infectadas pela SIDA para as suas recolocações no trabalho e no desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento; (iii) o encargo dos órfãos da SIDA; (iv) a formação acelerada do pessoal de saúde; (v) o encargo da dimensão género nas diferentes abordagens preconizadas; (vi) a formação de professores com uma forte componente para a prevenção contra o HIV/SIDA. Os investimentos indispensáveis no sector da saúde, que contribuam para a luta contra o HIV/SIDA, para o equipamento e o funcionamento das estruturas sanitárias e o encargo com os doentes da SIDA deverão ser consideradas no quadro de um programa específico.

167. Na prossecução destas estratégias no domínio sanitário, para o período 2005-08, foram identificadas as seguintes acções prioritárias de intervenção: (i) implementar um conjunto de intervenções prioritárias e de serviços de saúde (PMA) tanto ao nível periférico (CS, Estratégia Avançada) como ao de referência (HR, HN), considerando as causas principais de morbilidade e de mortalidade entre as populações mais desfavorecidas; (ii) dotar os estabelecimentos sanitários de infra-estruturas necessárias e apropriadas, de equipamentos e materiais incluindo os medicamentos, as vacinas e os reagentes, de recursos humanos necessários e aptos a garantir a prestação de cuidados de qualidade às populações; (iii) efectuar intervenções específicas como: (a) intensificar a luta contra as doenças cujas populações pobres são vítimas, em particular o paludismo, o VIH/SIDA, a tuberculose e as doenças infantis incluindo a erradicação da poliomielite; o desenvolvimento de acções no domínio da maternidade; a sensibilização

sobre as práticas nefastas à saúde através da saúde reprodutiva; o reforço das capacidades (formações) dos técnicos no quadro da iniciativa FRP afim de melhorar a gestão e o tratamento dos casos de paludismo, a formação pela aplicação da abordagem “Atenção Integrada das Doenças Infantis (AIMI)”, os cuidados obstétricos de urgência e tratamento anti-retroviral; (b) promover acções preventivas através da vacinação, IEC extensivo ao reforço de actividades de marketing social no domínio da saúde pública e da saúde ambiental, e a melhoria do estado de nutrição através do reforço da componente reabilitação nutricional no quadro do pacote mínimo de actividades nos centros de saúde e ONG’s, ou dos centros especializados de recuperação nutricional; (c) instituir serviços apropriados e contribuir para o estabelecimento de mecanismos de solidariedade com a população da terceira idade, os doentes que sofrem de doenças prolongadas como a tuberculose, a seropositividade e as doenças da SIDA, doenças mentais, bem como os deficientes físicos, afim de reduzir os factores que limitam os seus acessos aos serviços de saúde; (iv) estimular uma maior colaboração inter-sectorial, sobretudo com as ONG’s, as estruturas privadas e outros sectores, afim de obter um impacto positivo na mudança de comportamento favorável à saúde das populações; trata-se por um lado de estimular acções de advocacia junto aos sectores afins da saúde, como a educação, as finanças, a informação, a água e o saneamento, as infra-estruturas e a pesquisa, e, por outro lado, de promover as quatro funções do sistema de saúde (prestação de serviços, financiamento, produção de recursos e administração geral).

5.3.2. Melhoria do acesso à água potável e ao saneamento

168. A melhoria do fornecimento da água potável necessitará da instauração de uma estratégia que visa o acesso das comunidades rurais e urbanas a uma água de qualidade e em quantidade suficiente. O Plano Director do Sector Água define uma estratégia para a melhoria dos indicadores de acesso à água potável. A implementação desse Plano se traduzirá pelo: (i) aumento da produção e do fornecimento de água para melhorar os indicadores de utilização de água potável, construindo novos poços protegidos (poços de bomba manual) e furos equipados com depósitos, bombagem através de fontes de energia alternativas (solar e eólica); (ii) alargamento da rede de água potável, através da construção da nova rede e de fontanários públicos, permitindo o aumento da ligação ou conexão domiciliária, o isolamento e protecção das fontes (poços) e furos; a cloração da água, principalmente da rede urbana de Bissau afim de evitar o perigo de contaminação ou poluição. A boa gestão da questão da água potável em relação com a melhoria do saneamento ajudará a travar a recrudescência das epidemias de cólera e outras infecções de origem hídrica.

169. O desenvolvimento do saneamento deve ser feito em simultaneidade com os programas de água potável. Nas prioridades sobressaem: (i) a melhoria do saneamento ambiental através da criação de programas especiais de construção de latrinas melhoradas nas cidades e zonas rurais, associada às campanhas de sensibilização e de gestão; (ii) a criação de um sistema fiável de recolha, evacuação e tratamento dos lixos, incluindo a construção de um depósito, principalmente para a cidade de Bissau, a drenagem da água das chuvas e, a médio prazo, a construção de um sistema central de águas usadas para a cidade de Bissau e (iii) a reforma e o desenvolvimento institucional do sector água e saneamento.

170. A nível da política de habitação, impõem-se: (i) a elaboração e implementação de leis sobre o ordenamento do território e a planificação urbana, de normas legais e planos de utilização do solo urbano; (ii) a regulamentação da lei da terra; (iii) a regulamentação da construção e da habitação, e a adopção de um Plano Nacional de Habitação; (iv) a melhoria do acesso à habitação e (v) a melhoria das infra-estruturas rodoviárias e dos equipamentos urbanos.

5.4. Melhorar as condições de vida dos grupos vulneráveis

171. Os grupos vulneráveis previstos pela estratégia, são pessoas totalmente desprovidas face à necessidades da vida corrente, por razões de falta de rendimentos ou de penúria de recursos. Esta forma de vulnerabilidade pode ser estrutural ou transitória, e ela é determinada pelo ambiente local e nacional. Os grupos vulneráveis são identificados não somente em função dos fracos meios de subsistência, mas também em função de zonas geográficas de residência, porque vivem maioritariamente nas zonas rurais e periferias urbanas. Os grupos vulneráveis pertencem também a categorias sociais específicas tais como: as crianças, as mulheres, as deficientes (nomeadamente as vítimas de minas e outros engenhos explosivos - OEE), os jovens, os veteranos de guerra e pessoas idosas.

172. As políticas para o alívio da situação dos grupos vulneráveis visam: (i) aumentar o acesso aos serviços sociais; (ii) desenvolver programas de ajuda às actividades geradoras de rendimentos nas esferas de inserção económica das populações mais vulneráveis, nomeadamente através de micro-créditos e o desenvolvimento comunitário.

173. O aumento do acesso das populações mais vulneráveis aos serviços sociais, pressupõe a extensão das infra-estruturas, nomeadamente de educação e de saúde, e a melhoria do funcionamento dos sistemas sanitário e educativo. Quanto à promoção da inserção económica e social dos grupos vulneráveis, ela exige a criação de um Fundo de Acção Social, a implementação de mecanismos de seguimento e de avaliação de impacto dos projectos junto aos grupos alvos, e o reforço de capacidades das comunidades de base, dos agrupamentos e das associações.

174. A acção a favor das crianças terá como prioridades: (i) dotar as zonas rurais e periferias urbanas de escolas com cantinas escolares; (ii) desenvolver acções de luta contra a desnutrição; (iii) reforçar os programas de intervenção a favor das crianças de rua e das crianças trabalhadoras, e eliminar as piores formas de trabalho; (iv) melhorar a aplicação das convenções sobre a protecção dos direitos das crianças; e (v) reforçar as capacidades das instituições com vocação para a protecção das crianças, nomeadamente o Instituto da Mulher e da Criança.

175. A intervenção orientada dos deficientes deverá: (i) melhorar a legislação e a protecção dos deficientes contra os preconceitos; (ii) melhorar o estado sanitário e a mobilidade dos deficientes; (iii) promover a educação e a formação dos deficientes; (iv) favorecer a integração económica e social dos deficientes. Quanto as vítimas das minas e OEE, acções específicas deverão ser implementadas nomeadamente para melhorar a situação de escassez de recursos para oferecer os primeiros socorros de que necessitam, a reabilitação física e psicológica das vítimas das minas e OEE, assim como a integração social e económica dessas pessoas nas respectivas comunidades. Nesse sentido, trata-se de: (i) apoiar o sistema de saúde para aumentar a sua capacidade de oferta de primeiros socorros para os casos de acidentes de minas e OEE; (ii) formar especialistas no domínio da reabilitação psicológica, física e social das vítimas das minas e OEE; (iii) reforçar os direitos das vítimas das minas e OEE, nomeadamente garantindo um acesso gratuito ao tratamento e uma eventual indemnização; (iv) prevenir as populações rurais (sobretudo as crianças) contra os acidentes e riscos ocasionados pelas minas e OEE através da sensibilização e educação. As acções com vista a desminagem propriamente dita, deverão permitir a identificação das zonas no interior do país e nas fronteiras com o Senegal e a Guiné-Conakry onde proliferam minas e OEE (i), mas também determinar as zonas minadas cujo impacto sobre a estabilidade e o desenvolvimento social e económico das populações seja

muito importante (ii) e reforçar as equipas encarregues da desminagem e destruição das minas e OEE a nível nacional.

176. No que concerne aos veteranos de guerra e as pessoas idosas, a intervenção privilegiará: (i) a definição e a implementação de mecanismos de protecção social; (ii) a melhoria dos rendimentos dos pensionistas através de uma revisão do sistema de reforma.

169. São previstas acções para jovens dos dois sexos, visto que os jovens do meio rural confrontam-se com grandes dificuldades de inserção numa sociedade ainda fortemente marcada pela tradição. O principal objectivo estratégico para reduzir o êxodo rural dos jovens é a melhoria das condições de vida no meio rural através da: (i) criação de centros de formação e qualificação de jovens e de adultos de forma equitável; (ii) criação de rendimentos através de actividades agrícolas e/ou para-agrícolas; (iii) criação de infra-estruturas de desenclavamento; (iv) melhoria da oferta no domínio da educação, da saúde e da hidráulica; (v) criação de um sistema judicioso de crédito para jovens; (vi) sensibilização das populações, particularmente dos responsáveis locais, sobre a necessidade de permitir aos jovens o acesso à terra, para o desenvolvimento de culturas de rendimento.

177. A criação de um Fundo de Acção Social articulado com o programa de poupança e crédito visa: (i) disponibilizar aos promotores de actividades geradoras de rendimentos uma fonte de financiamento que lhes permita desenvolver uma actividade produtiva e rentável; (ii) instituir um serviço sério, eficiente e transparente para que os diferentes parceiros internos e externos possam materializar a sua contribuição para o funcionamento do sistema de crédito; (iii) estimular a poupança de forma a garantir o desenvolvimento durável e a autonomia do mecanismo; (iv) adoptar critérios de gestão rigorosos, transparentes e eficazes dos recursos disponíveis no sistema, como elementos essenciais à durabilidade da Comissão de gestão do Fundo; (v) implicar a sociedade civil na selecção de programas e projectos a financiar pelo orçamento do Fundo; (vi) afectar 3 a 5% do orçamento na supervisão do impacto do desembolso do Fundo de Acção Social.

178. A promoção das PME e do emprego constitui um eixo importante para o crescimento acelerado e para a redução da pobreza. Ela contribuirá para a redução do desemprego, nomeadamente no seio das camadas femininas e jovens que são as mais afectadas pelo fenómeno da pobreza, através do auto emprego e da ajuda às iniciativas privadas ou associativas dos pobres. Existe no país várias instituições (ONG) que se consagram ao crédito e à poupança. A nível do Ministério das Finanças existe igualmente um departamento, o Parmec, cujo papel fundamental é de coordenar e apoiar as estruturas financeiras descentralizadas.

179. Tendo em conta que os pequenos operadores têm dificuldades de acesso ao crédito, e funcionam essencialmente com as próprias poupanças individuais ou com o crédito informal disponibilizado a taxas exorbitantes, o que afecta negativamente o potencial de criação de emprego, deve-se estimular a poupança e o crédito através de mecanismos eficazes e sustentáveis.

180. As medidas prioritárias neste domínio deverão incluir entre outros: o desenvolvimento de programas de grande intensidade de mão-de-obra nas zonas urbanas e rurais; a formação profissional; a intensificação de programas de inserção de jovens em coordenação com o sector privado; o reforço do sistema de informação sobre o emprego; a institucionalização em coordenação com as ONG, de programas de micro crédito; o reforço da estrutura de coordenação das micro finanças, com a finalidade de concretizar o seu papel.

181. Para inverter os dados negativos relativamente a participação feminina (género, equidade), numa perspectiva centrada nas necessidades práticas das mulheres, e em concordância com a política e estratégia de integração da mulher no desenvolvimento, definiu-se como objectivo geral: melhorar notavelmente o estatuto social, económico e jurídico das mulheres tornando mais eficaz a sua contribuição através de uma participação mais efectiva no desenvolvimento nacional. Os principais objectivos que daí decorrem, são os seguintes: (tornar mais fácil a realização de tarefas pelas mulheres; (ii) diminuir o tempo de trabalho da mulher e aumentar os seus rendimentos; (iii) desenvolver acções em favor das mulheres preservando os equilíbrios familiares e na comunidade.

182. Com vista a contribuir significativamente para a redução da pobreza foram definidos os seguintes objectivos específicos: (i) desenvolver acções de sensibilização e mobilização a vários níveis da sociedade com vista a mudança de mentalidade e de atitude em relação a mulher; (ii) melhorar a situação sócio-económica da mulher; (iii) tornar mais fácil o acesso das mulheres aos recursos; (iv) elevar o nível de educação e de formação das mulheres; (v) melhorar o estado de saúde das mulheres, lutando contra a morbilidade e a mortalidade; (vi) harmonizar a legislação interna de acordo com as convenções internacionais ratificadas; (vii) melhorar a representação das mulheres em todos os sectores da vida pública.

183. Em função destes objectivos, foram fixadas as seguintes estratégias: (i) reforço simultâneo das capacidades produtivas e organizativas da mulher; (ii) aumento do nível de informação, de formação e de participação das mulheres; (iii) melhoria do estatuto da mulher nos textos jurídicos e na sociedade, e a sua melhor integração nos programas nacionais de desenvolvimento. As estratégias definidas para a redução da pobreza visam as mulheres, tanto das zonas rurais como as das aglomerações urbanas, num contexto marcado pela perspectiva de descentralização e reforço das capacidades de governação.

6. MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO, RISCOS

184. A implementação do DENARP será norteadada por princípios chave tais como: a participação efectiva de todos os actores, a valorização dos saberes e potencialidades locais, a transparência e a responsabilidade, a eficiência e a sinergia, bem como a equidade. A eficiência do seguimento depende: (i) do quadro institucional que deve permitir ao mesmo tempo um seguimento técnico pela participação dos departamentos ministeriais, das instituições locais representativas, a representatividade das diferentes componentes da sociedade civil através da implicação das instituições eleitas e das organizações da sociedade civil; (ii) do conteúdo do seguimento que deve ocupar-se em avaliar numa base mensal, trimestral e semestral o nível de realização financeira das acções previstas, da execução das medidas fixadas, da mobilização dos recursos e da execução orçamental; e numa base semestral e anual os resultados intermediários e definitivos atingidos; (iii) da metodologia de seguimento que deve basear-se em quadros de seguimento periódicos precisando os indicadores orçamentais e de performance devendo ser objecto de seguimento por domínios ou eixos e objectivo, os alvos ou referências marcando a mudança esperada das actividades desenvolvidas, das estruturas responsáveis do seguimento. A utilização dos recursos deve igualmente ser objecto de um seguimento meticoloso para responsabilizar as estruturas de execução e de gestão orçamental; (iv) do sistema de informação e da sua capacidade em permitir a recolha de dados económicos e sociais gerais e os específicos, dos efeitos e impactos dos programas implementados; a reportagem pela produção de relatórios periódicos, de quadros de bordo económicos e sociais, de estudos e inquéritos diversos.

6.1 Quadro institucional de seguimento

185. O processo de implementação do DENARP privilegiará a implicação de todos os actores interessados tanto no plano técnico como político. Uma Célula de Implementação e de Seguimento do DENARP (CISD) será situada sob a coordenação técnica do Ministério da Economia. O conjunto do processo de seguimento e de implementação do DENARP será pilotado pelo Primeiro Ministro que de forma periódica seguirá a elaboração de relatórios semestrais e anuais, reunirá os membros do governo e os parceiros de desenvolvimento com vista a orientação geral do processo, ao seguimento dos níveis de mobilização dos recursos e à identificação das dificuldades políticas afim de definir as vias e meios que permitam ultrapassá-los. A coordenação da CISD a nível técnico será assegurada pelo Ministério da Economia, em parceria com o Ministério encarregue da Solidariedade Social, Família e Luta contra a Pobreza, com a participação dos diferentes actores, nomeadamente instituições do Estado, privados e sociedade civil (sindicatos, ONG e associações de base). O Ministério da Economia apresentará um relatório de seguimento semestral às sessões do Comité de pilotagem presidido pelo Primeiro Ministro. A CISD será uma estrutura permanente, com personalidade própria, que assegurará a continuidade da implementação do DENARP. Para isso, ela coordenará a execução do DENARP e assegurará a ligação com as estruturas e agências de execução, as relações correntes com os parceiros nacionais e de desenvolvimento, os pontos focais e as estruturas no terreno (Comités regionais, sectoriais e as comunidades de base). Para garantir a qualidade de performance da missão da CISD, o seu pessoal será recrutado através de concursos e beneficiará de condições de estabilidade de emprego na qualidade de funcionários do Estado.

186. As comunidades de base beneficiárias da estratégia e seus representantes eleitos ou dirigentes das organizações da sociedade civil jogarão um papel activo na CISD. A participação significa a implicação efectiva dos beneficiários no processo de decisão e de execução das acções que lhes concernem; esta participação supõe a criação de um quadro propício à representatividade de todas as partes (Governo, sociedade civil, comunidades de base, sector privado, doadores, etc.); ela supõe também a intervenção conjunta de todos os actores, inclusive na programação e controlo das despesas. A valorização dos saberes e potencialidades locais visa criar as bases de uma estratégia de luta contra a pobreza num esforço de utilização eficiente dos recursos endógenos, apoiando as iniciativas das populações numa perspectiva de descentralização. A transparência e a responsabilidade exigem a criação de mecanismos de fiscalização e o seu funcionamento judicioso. A eficiência e a sinergia supõem que a prioridade seja dada à relação custo-benefício das intervenções, bem como à sua viabilidade e complementaridade. A equidade implica a igualdade de direitos e responsabilidades dos intervenientes tendo em conta as diferenças de género bem com as assimetrias sociais e regionais.

6.2 Conteúdo do seguimento-avaliação

187. O seguimento avaliação da implementação do DENARP se fará na base de um plano de acções plurianual 2006-08 para verificar a realização efectiva das actividades previstas por eixos, domínios e sub-domínios. Para o ano 2005, que foi considerado como uma fase transitória, um plano de acções prioritárias foi elaborado. Cada unidade de execução das actividades produzirá um relatório periódico (todos os três meses) que será examinado a nível dos gabinetes de estudos e de planificação dos ministérios (GEP) antes da sua transmissão ao secretariado técnico da CISD. As análises da CISD permitirão prever medidas correctivas necessárias que serão discutidas a nível do governo e no quadro do Comité de Pilotagem.

188. O seguimento das acções através dos relatórios de etapa do plano de acção plurianual deverá ser completado pela recolha de informações para construir os quadros de seguimento dos indicadores por eixos, domínio e sub-domínio, cuja a análise permitirá apreciar de maneira progressiva os resultados intermediários da implementação da estratégia. A verificação das mudanças no nível ou a evolução dos indicadores apresentados no quadro 7, permitirão verificar se a implementação da estratégia produz os resultados esperados. O quadro de bordo do seguimento dos indicadores dos OMD e o quadro dos indicadores do DENARP por eixo/domínio/sub-domínio, serão os dois tipos de quadro que permitirão esse seguimento a nível central. Para cada unidade de seguimento ministerial, os quadros de bordo de seguimento específico combinando acções e alvos permitirão apreciar as mudanças na base e favorecer as discussões com as comunidades de base. Os indicadores de performance e de seguimento retidos nestes quadros respondem às preocupações de disponibilidade, simplicidade e fiabilidade.

Quadro7 : Quadro de bordo de seguimento dos indicadores dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento

Objectivos	Indicadores	2002	2004	2005	2006	2007	2008	Alvo para 2015
1. Reduzir a extrema pobreza e a insegurança alimentar								
Reduzir para metade a proporção da população que vive com menos de um dólar por dia	Taxa de pobreza absoluta (%)	64.7	68.5	68.2	67.4	66.5	65.4	58.1
	Taxa de extrema pobreza (%)	20.8	22.0	21.9	21.7	21.4	21.0	18.7
Reduzir para metade a proporção da população que sofre de fome	Índice de massa corporal (IMC)	--	--	--	--	--	--	--
	Deficiência crónica em calorias	--	--	--	--	--	--	--
	Insuficiência ponderal (crianças com menos de 5 anos) (%)	27	--	--	--	--	--	--
2. Garantir uma educação primária para todos								
Dar a todas as crianças os meios para concluir um ciclo completo de estudos primários	Taxa líquida de escolarização (%)	23.0	35.6	--	--	--	--	100
	Proporção de crianças terminando o ciclo primário (%)	33.0	35.0	--	--	--	85.0	100
	Duração média de estudos dos alunos acabando o ciclo	8.5	7.10	--	--	6	6	6
3. Promover a igualdade dos sexos e a autonomização das mulheres								

Eliminar as disparidades entre os sexos nos ensinos primário e secundário até 2005	Rácio raparigas sobre rapazes no primário	0.60	0.63	--	--	--	--	1
	Rácio raparigas sobre rapazes no secundário	0.56	0.65	--	--	--	--	1
	Taxa líquida de escolarização por sexo no ensino básico (%)							
	Masc.	29.0	33.0	--	--	--	--	--
	Fem.	17.0	20.0	--	--	--	--	--
	Taxa líquida de escolarização por sexo no ensino secundário (%)	38.0	42.0	43.0	45.0	46.0	47.0	100
	Taxa de mulheres analfabetas	71.3	69.0	65.1	63.3	61.6	60	38
	(Mulheres/homens) 15-24 anos (%)	161	160	160	160	160	160	158
	Taxa de actividade das mulheres (%)	21	--					
	Taxa de mulheres num órgão de decisão (%)							
Taxa de mulheres parlamentares (%)	7.8	7.8	11					
Taxa de mulheres no governo (%)								
4. Reduzir a mortalidade infantil de crianças com menos de 5 anos								
Reduzir de dois terços a taxa de mortalidade infantil de crianças com menos de 5 anos	Taxa de mortalidade infantil para crianças com menos de 5 anos (por 1000 n.v.)	203	203	--	--	--	--	80
	Taxa de mortalidade infantil (por 1000 n.v.)	124	124					48
	Taxa de cobertura de vacinação contra o sarampo (%)				95	80	85	90
	Taxa de cobertura de vacinação completa das crianças (%)				87.5	86.25	90	90

Reduzir de três quartos a taxa de mortalidade materna	Taxa de mortalidade materna (por 100.000 mulheres)	822	818	818	700	--	--	525
6. Combater o VIH/sida, o paludismo e outras doenças								
Ter travado a propagação do VIH/sida e começado a inverter a tendência actual	Taxa de prevalência da Sida (%)	7.0	--	--	--	--	--	2.5
Ter controlado o paludismo e outras grandes doenças, e ter começado a inverter a tendência actual	Evolução de casos de paludismo (prevalência)	15.0	18.1	--	--	---	--	--
	Evolução da incidência da tuberculose (por 100.000)	54.4	87	--	--	--	--	--
7. Assegurar um ambiente durável								
Integrar os princípios do desenvolvimento durável nas políticas nacionais e inverter a tendência actual de desperdício dos recursos ambientais	Proporção de zonas florestais (%)	55.0	--	--	--	--	--	--
	Unidades de energia consumida por habitante (Kep)	300	--	--	--	--	--	--
Reduzir para metade a percentagem da população que não tem acesso de forma durável ao fornecimento de água potável	Percentagem da população com acesso durável ao fornecimento de água potável	54.6	--	--	--	--	--	80.0
	Percentagem da população com acesso a uma ligação domiciliária	5.1	--	--	--	--	--	--
	Percentagem da população com acesso a um fontanário	--	--	--	--	--	--	--
	Percentagem da população com acesso a um sistema de saneamento nas imediações	35.0	--	--	--	--	--	--
Conseguir melhorar sensivelmente a vida dos habitantes das barracas	Percentagem da população tende a sua própria habitação	--	--	--	--	--	--	--

Quadro 8 : Quadro de seguimento dos indicadores do DENARP por eixo

EIXO1: Reforçar a governação, modernizar a administração pública e assegurar a estabilidade Macroeconómica						
Estabilidade macroeconómica		Estimações				Fontes de verificação e/ou responsáveis
Indicadores de seguimento	2005	2006	2007	2008		
	Variação média anual					
Contas Nacionais e preços						
PIB real ao preço do mercado (mil FCFA)	97172.3	101332.3	107329.9			
PIB real por habitante (FCFA)	73280	74660	77244			
Índice de preços no consumidor (Inflação, %)	2.5	<=3	<=3	<=3		
Sector externo						
Exportações fob (valor em dólares)						
Importações fob (valor em dólares)						
Exportações (em volume)						
Importações (em volume)						
Termos de câmbios						
Taxas de câmbio real efectiva						
Taxa de câmbio real (FCFA por US\$, média)						
Finanças Públicas						
Receitas internas (sem don.) (milhões FCFA)	27978	33563	34442	36223		
Despesa total	59310	83243	81978	85704		
Despesa corrente	42860	44667	41657	43422		
Despesa de capital	16450	38578	40321	42283		
Moeda e crédito						
Crédito ao governo						
Crédito à economia						
	Em % do PIB					
Investimento e poupança						
Investimento doméstico	21.2	25	25	25		
Dos quais: Investimento público						
Poupança doméstica						
Dos quais: poupança pública						
Finanças públicas						
Receitas públicas	28.8	33.1	32.1			
Despesas públicas	61.0	82.1	76.4			
Défice primário	9.4	4.9	2.6			
Défice global						
Incluindo os donativos	18.5	21.5	22.3			
Sem donativos	32.2	49.0	44.3			
Conta corrente externa						
Valor actual da dívida externa/exportações de bens e serviços (em %)						
EIXO 1 (cont.): Reforçar a governação, modernizar a administração pública e assegurar a estabilidade Macroeconómica						
		Estimações				Fontes de verificação e/ou responsáveis
Indicadores de seguimento	2005	2006	2007	2008		

	Rácio massa salarial sobre receitas fiscais (em%)	135,4%		35%	OGE
	Taxa de pressão fiscal	10%		17%	OGE

EIXO 2: Promover o crescimento económico e a criação de emprego

Indicadores		Estimações				Fontes de verificação e/ou responsáveis
		2005	2006	2007	2008	
Taxa de pobreza absoluta		68,5% (2004)		66.5%	63,2% (2010)	
Taxa de pobreza extrema		22% (2004)			20,3% (2010)	
Taxa de desemprego						
Despesa pública afecta à agricultura, pecuária e Silvicultura					20%	

EIXO 3: Aumentar o acesso aos serviços sociais e às infra-estruturas de base

Educação e Formação		Estimações				Fontes de verificação e/ou responsáveis
		2005	2006	2007	2008	
	Parte das despesas de educação previstas nas previsões totais das despesas (milhões fcfa)	7669	8532	9461	10506	
	Parte das despesas de educação previstas consagradas ao investimento nos totais dos investimentos previstos (milhões fcfa)	1849	2037	2261	2561	
	Parte das despesas previstas para a educação primária nas previsões totais das despesas da educação (milhões fcfa)	2091 (47%)	2302 (47%)	2531 (48%)	2777 (48%)	
	Rácio alunos por turma na educação primária (especificar globalmente e por região)	42	42	42	42	
	Rácio alunos por professores com formação requerida para leccionar na escola primária (a especificar globalmente e por região)	166				
	Percentagem de escolas primárias que dispõem de uma cantina escolar	57	80			
	Percentagem de pessoal docente com formação requerida para seguir pessoas deficientes	0.6	1.7	1.7	2.3	
	Rácio alunos por classe na educação secundária (liceus)	40	40	40	40	
	Taxa líquida de escolarização na educação secundária	43.0	40.0	46.0	47.0	
	Percentagem de docentes com formação requerida para leccionar nos liceus	34.2 (2003)				
	Rácio alunos por docente com formação requerida para leccionar nos liceus (a especificar globalmente e por região)	0.70				
	Número de pessoas que frequentam regularmente os centros de alfabetização	15009 (2003)	330340	321518	313131	
	Número de mulheres que frequentam regularmente os centros de alfabetização	11887 (2004)	242353	240738	239404	
	Taxa de alfabetização de adultos (homens)	59.4	60.5	61.6	62.5	
	Taxa de alfabetização de adultos (mulheres)	34.9	37.7	38.4	40	

EIXO 3 (Cont.): Aumentar o acesso aos serviços sociais e às infra-estruturas de base						
Saúde e Nutrição		Estimações				Fontes de verificação e/ou responsáveis
		2005	2006	2007	2008	
01	Parte das despesas de saúde previstas nas previsões totais das despesas (%)	3.7	7.65			
02	Parte das despesas de saúde previstas consagradas ao investimento nas previsões totais de investimento					
03	Número de estruturas sanitárias que oferecem um pacote mínimo de actividades (PMA)	114	114	117	117	
04	Rácio Enfermeiro/habitante		7799.9	1776.7	1756.7	
05	Rácio Parteira/habitante		9251.7	7906.3	6951.5	
06	Rácio Medico/habitante		9842.2	6439.6	5816.2	
07	Proporção das crianças com paludismo/febre e que tenha beneficiado do tratamento correcto nas 24 horas (%)	60				
08	Proporção de formações sanitárias sem ruptura de stock de medicamentos para tratamento de casos graves (%)	28.6				
09	Proporção de mulheres grávidas que tenham feito uma quimioprofilaxia-fansidar (SP) ou cloroquina (CQ) (%)	51.78				
10	Proporção de mulheres grávidas que tenham feito menos uma consulta pré-natal (CPN) (%)	80.36				
11	Número de pessoas prevenidas contra o VIH/SIDA no domínio da educação	33900*			100000**	
12	Número de pessoas infectadas pela SIDA e tratadas com ARV	331				
13	Número de centros de tratamento contra a SIDA e de medicina ambulatória criados	5				
14	Número de pessoas infectadas pela SIDA tratadas com ARV e que frequentam os centros de tratamento e de medicina ambulatória	331				

* Pessoas infectadas; ** Pessoas expostas a infecção

EIXO 4: Melhorar as condições de vida dos grupos vulneráveis						
		Estimações				Fontes de verificação e/ou responsáveis
		2005	2006	2007	2008	
	Percentagem de pessoas vulneráveis beneficiando de programas de ajuda					
	Percentagem de pessoas idosas beneficiando de programas de ajuda					
	Percentagem de mulheres vulneráveis beneficiando de programas de ajuda					
	Percentagem de pessoas deficientes beneficiando de programas de ajuda					
	Percentagem de pessoas desenvolvendo actividades geradoras de rendimento graças ao micro crédito (por género)					
	Percentagem de pessoas que beneficiaram de uma formação profissional					

Percentagem de pessoas formadas sobre os direitos humanos e os direitos da criança					
Percentagem de mulheres que retomaram os estudos após o casamento					
Percentagem de deficientes formados					
Percentagem de deficientes inseridos na vida profissional					
Percentagem de empregos criados para pessoas vulneráveis					
Percentagem de empregos criados para mulheres					
Percentagem de empregos criados para jovens de 15 a 30 anos					

189. A implementação da estratégia implica a gestão dos recursos financeiros e humanos cujo o seguimento se fará no que concerne aos recursos financeiros, através dos orçamentos anuais do Estado e o Programa de Investimentos Públicos (PIP). O acento será posto não somente sobre a utilização efectiva dos recursos e portanto na melhoria da capacidade de absorção, mas também sobre o impacto no terreno das despesas efectuadas. A Guiné-Bissau quer engajar-se a médio prazo em desenvolver instrumentos de gestão estratégica das despesas públicas através de uma iniciação ao quadro das despesas públicas a médio prazo. Neste sentido, os recursos humanos serão reforçados para que possam desenvolver as suas capacidades em controlar os instrumentos de uma gestão estratégica e eficiente das despesas e dos recursos públicos.

6.3. A metodologia de seguimento/avaliação e a produção de relatórios de seguimento

190. As informações relativas ao seguimento e avaliação serão recolhidas junto aos produtores de estatísticas de base (ministérios, direcções regionais, etc.), ao Banco Central (BCEAO) e ao Instituto Nacional de Estatística e Senso. Será no entanto necessário completar a informação através da realização de inquéritos gerais ou localizados nas zonas mais pobres para o seguimento da dinâmica da pobreza. Para cada tipo de inquérito serão definidas metodologias apropriadas. O custo dos inquéritos é tal que a Guiné-Bissau privilegia a realização de um recenseamento geral da população a meio percurso da implementação do DENARP, para obter as estatísticas de base indispensáveis à elaboração de políticas no domínio económico e social. Um inquérito quantitativo da pobreza será efectuado no fim do DENARP para simultaneamente medir o impacto geral da implementação da estratégia e preparar a sua revisão ou reforço após 2008.

191. Os principais instrumentos de seguimento serão os seguintes: relatórios, inquéritos e estudos. Durante a implementação do DENARP, serão elaborados relatórios trimestrais, semestrais e anuais. Os relatórios trimestrais serão elaborados por cada sector e incluirão informações relativas ao estado de implementação das acções por sector. Cada sector elaborará e enviará o seu relatório para a CISD, que, por sua vez elaborará o relatório trimestral global a ser enviado ao Comité de pilotagem. Os relatórios semestrais e anuais serão elaborados pela CISD e serão submetidos ao Comité de pilotagem, ao Banco Mundial, ao BAD, ao FMI, ao PNUD, à União Europeia, à UEMOA e outras agências de cooperação bilateral e multilateral.

6.4 O Sistema de informação estatística e o reforço de capacidades das estruturas de Seguimento

192. A lógica que suporta a definição do quadro de seguimento é a necessidade de: (i) desenvolver as capacidades de seguimento/avaliação da pobreza a longo prazo, como condição para assegurar a continuidade, a durabilidade e a perenidade do sistema a nível das estruturas

encarregues da concepção, direcção e formulação de políticas sectoriais; (ii) desenvolver capacidades nacionais de avaliação de impactos das políticas de desenvolvimento, resultados e efeitos dos programas; (iii) assegurar a autonomia, a objectividade e a credibilidade das estruturas de seguimento e de orientação.

193. O sistema de informação estatística nacional no centro do qual se encontra o INEC, deve ser reforçado na sua capacidade de produzir e divulgar a informação estatística oficial, respondendo às necessidades cada vez mais crescentes e exigentes, com vista a realização do DENARP e o seguimento dos OMD. As capacidades do INEC em coordenar os órgãos produtores de estatísticas sectoriais serão consolidadas para garantir a fiabilidade da informação e dos indicadores. Esta consolidação será por via legal adoptando os textos necessários e por apoios em termos de formação e equipamento.

194. O reforço da produção estatística impõe-se para responder às necessidades crescentes geradas pelo seguimento dos OMD e do DENARP. No plano técnico, o reforço da produção estatística deve articular-se à volta dos mais importantes instrumentos de coordenação: as contas nacionais e o quadro de bordo social. As contas nacionais constituem o instrumento de integração e de coordenação das estatísticas económicas por excelência. O quadro de bordo social deverá ser o pilar das análises e políticas sociais como as contas nacionais para as políticas económicas.

6.5. Os riscos

195. Os riscos inerentes à implementação do DENARP são de diferentes ordens: (i) o primeiro risco é de carácter institucional. A estabilidade institucional é importante para garantir uma implementação bem sucedida do DENARP. (ii) O segundo tipo de risco está ligado aos aspectos técnicos de implementação do DENARP. A capacidade de absorção bem como o seguimento serão um grande desafio. (iii) O terceiro risco é a obtenção de financiamento para implementar as acções previstas no DENARP, que, apesar de serem consideradas ambiciosas, constituem propostas viáveis, que resultaram de um grande esforço de hierarquização e de obtenção de consenso ao longo de todo o processo participativo. (iv) Um quarto risco está ligado aos choques exógenos, nomeadamente a evolução do preço do petróleo, a depreciação do dólar em relação ao euro como moeda de referência do F CFA e a conseqüente deterioração dos níveis de câmbio, com inevitáveis prejuízos para os equilíbrios macroeconómicos e a redução do crescimento indispensável ao sucesso da estratégia de luta contra a pobreza.

196. Estes riscos podem ser minimizados nomeadamente com: (i) a criação de um ambiente jurídico e institucional favorável à estabilidade e à mobilização de recursos internos e externos para o financiamento da estratégia; (ii) o reforço da estrutura encarregue de coordenar a implementação do DENARP e de garantir a coordenação e a participação de todos os actores implicados; o reforço das estruturas implicadas na execução e no seguimento do plano de acções plurianual; (iii) a estreita colaboração com o sector privado e outros parceiros sociais para garantir um ambiente estável propício ao desenvolvimento durável do crescimento; (iv) a colaboração com os parceiros de desenvolvimento afim de garantir a ajuda necessária para a absorção dos choques exógenos susceptíveis de comprometer o crescimento.

7. CUSTO E ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

7.1 Metodologia e fontes de informação

197. A orçamentação desenvolvida nesta primeira fase do DENARP baseia-se nas acções identificadas como prioritárias, independentemente de existir ou não um financiamento assegurado, e que foram inscritas na matriz. O horizonte temporal para a implementação das acções é de três anos, com início previsto para o 1º semestre de 2005 até ao final de 2007.

198. A orçamentação reflecte a estrutura do DENARP e privilegia a óptica dos objectivos hierarquizados⁴ definidos na matriz das acções prioritárias com impacto na redução da pobreza. Ao mesmo tempo identifica os recursos materiais, humanos e financeiros que serão mobilizados na execução das acções⁵ identificadas como “Despesas de Investimento”.

199. O exercício foi desenvolvido pelos responsáveis sectoriais e os pressupostos estão em consonância com os objectivos e metas estabelecidos no DENARP e outros documentos de referência da política económica e social traçada para o curto e médio prazos, nomeadamente o Fundo de Gestão Económica de Emergência para 2004.

7.2 Os vectores da estratégia de intervenção

200. A estratégia de redução da pobreza na Guiné-Bissau tem em conta: (i) a grave situação económica e social e os problemas emergentes do conflito militar; (ii) a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano; (iii) a reforma das instituições públicas (órgãos de soberania, gestão pública, governação). A intervenção será alicerçada em medidas que promovam uma política justa no processo de criação e distribuição da riqueza nacional e no envolvimento de todos os sectores da sociedade no processo de decisão.

201. A superação da crise económica e social, retratada no DENARP, exige a conjugação de energias e ideias da sociedade civil com as entidades públicas, complementado com o forte envolvimento e a participação dos parceiros internacionais, através de acções de monitoria bem como pela alocação de meios técnicos e financeiros compatíveis com a profundidade dos problemas que afectam o país. Neste quadro, a abordagem da estratégia de redução da pobreza está ancorada nas seguintes linhas mestras de actuação:

O crescimento económico como motor da estratégia

202. O DENARP privilegia a implementação de acções com forte impacto na criação de emprego. É conhecido o impacto que a realização de obras públicas e de desenvolvimento de infra-estruturas económicas tem por um lado, na promoção do emprego e, por outro lado na dinamização da base económica.

203. Proporcionar recursos financeiros às famílias através do emprego, é o melhor meio para minimizar a situação da pobreza dos estratos identificados como pobres e que representam 64,7% da população. Este objectivo imediato, será prosseguido através da realização de investimentos em

⁴ Eixos, Componentes, Sub-componentes. Segue-se de perto a metodologia do Quadro Lógico.

⁵ Categorias de despesas: Construção civil, Bens, Serviços.

infra-estruturas básicas com recurso a mão-de-obra intensiva. Esta opção está claramente retratada na distribuição dos recursos afectos à 1ª fase do DENARP, dos quais 80% serão canalizados para o Eixo da Promoção do Crescimento Económico.

204. Os benefícios desta opção política nos rendimentos das famílias terá um impacto direto na procura final e implicitamente terá um efeito multiplicador na dinamização da base económica do país e no acesso aos serviços da saúde e da educação.

205. A construção e/ou reabilitação das infra-estruturas básicas, tem uma forte componente de construção civil em que os insumos nacionais (matérias-primas, mão-de-obra, excedente de exploração) estimam-se em mais de 50% do custo total e implicitamente de forte impacto no VAB. Acresce que as referidas infra-estruturas (i) são consideradas estruturantes para o desenvolvimento sustentável do país; (ii) proporcionam no imediato bens e serviços essenciais (saúde, educação, agricultura) e (iii) são condição prévia para o funcionamento do sistema produtivo nos quais se destaca a energia e o alargamento do mercado interno através do sector rodoviário. Permitirá ainda diversificar a matriz das relações intersectoriais tornando-a mais equilibrada e autónoma das importações em bens de consumo intermédio e final.

206. O investimento a realizar no desenvolvimento de infra-estruturas económicas, em despesa de construção e/ou reabilitação (construção civil) representa 64% do total do DENARP, dos quais 12% são dirigidos para o sector primário e 52% para as infra-estruturas económicas. Tendo em conta as intervenções da mão-de-obra intensiva, estima-se que durante a primeira fase do DENARP, serão criados anualmente em média 7.500 empregos directos. O efeito multiplicador deste resultado no conjunto da economia é estimado em 30% nos sectores de prestação de serviços às famílias o que corresponderá a um acréscimo anual de 2.250 postos de trabalho indirectos.

207. O esperado aumento no volume de emprego implica o desenvolvimento de um sistema de informação e de programas de formação profissional, para os quais foram afectos recursos importantes no domínio da educação (1,8 milhões de dólares).

O desenvolvimento humano e a qualificação dos recursos humanos

208. A melhoria da eficiência da economia e da produtividade, é um objectivo de médio e longo prazo⁶. A qualificação dos recursos humanos nesta primeira fase, através da educação básica e da formação profissional, para além de melhorar a abordagem dos cidadãos às questões do bem-estar (saúde, saneamento, meio) e da produtividade, promove o exercício da cidadania (respeito mútuo, abordagem do género, equidade, governação). Estima-se que no período em análise sejam canalizados para este objectivo 37,8 milhões de dólares, equivalentes a 10,4% do total.

209. A melhoria da gestão macroeconómica e da governação, decorre implicitamente da qualificação dos recursos humanos e da justa e equilibrada remuneração dos intervenientes no processo produtivo e na criação e distribuição do rendimento. Os recursos afectos no DENARP para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços da educação e da saúde, representam 26% do montante total da estratégia.

A boa governação e o seguimento da pobreza

210. Embora não envolvendo um esforço financeiro ao nível dos vectores anteriores, o cenário de evolução descrito em (a) é condicionado pela melhoria da governação, fundamental para promover

⁶ Recursos humanos mais qualificados para além de introduzirem mais eficiência no processo produtivo, têm uma melhor abordagem às questões da saúde, da alimentação, etc.

a confiança dos agentes económicos, a mobilização da sociedade civil e principalmente dos parceiros internacionais. O melhor funcionamento dos órgãos de soberania e a operacionalização dos instrumentos que promovem e asseguram a reforma do sistema de aquisições e da realização e divulgação dos resultados das auditorias externas, o reforço do papel do BCEAO e da UEMOA na gestão monetária e na convergência fiscal, são um importante instrumento para a melhoria da gestão das finanças públicas. Os recursos afectos e a pertinência das acções seleccionadas (8% dos recursos totais) garantem a prossecução das reformas macroeconómicas e institucionais.

7.3 Resultados obtidos na orçamentação do DENARP

211. Sem perder de vista a perspectiva integrada e multidimensional prevalecte na estratégia, constata-se que a atribuição de recursos financeiros para a primeira fase, reflecte claramente as prioridades e a coerência das opções de política acima referidas e que são suportadas pelos quadros que se seguem:

Quadro 9 : Afectação de recursos por eixos e principais domínios e sectores do DENARP

Eixos e Domínios sectoriais	Valores em Milhões US\$	%
E1- Crescimento económico	308,4	72
Reformas macroeconómicas	<u>34,0</u>	<u>8</u>
Sector Primário	<u>51,8</u>	<u>12</u>
Pescas	32,9	8
Infra-estruturas económicas	<u>222,6</u>	<u>52</u>
Rodoviárias	113,2	26
Énergia, água e saneamento	54,8	13
Habitação	28,7	7
Outros	25,9	6
E2- Recursos humanos e acesso aos serviços sociais	111,6	26
Educação	<u>73,7</u>	<u>17</u>
Saúde	<u>37,9</u>	<u>9</u>
E3- Programas para grupos vulneráveis	3,9	1
E4- Promoção da boa governação	2,5	1
E5- Análise e seguimento da estratégia	1,2	0
Total	427,7	100

Quadro 10: Natureza dos recursos afectados ao DENARP, por eixos de intervenção.**Impacto no objectivo « Criação de emprego»**

(em milhões de dólares americanos)

Categorias de despesa	E1	E2	E3+E4+E5	Total	%	% Impacto Emprego	
						Impacto Emprego	Valor
Construção civil	200,6	28,8		228,8	53	100	228,0
⁷ Bens	49,3	22,2	1,6	73,1	17	10	7,3
Serviços especializados	10,8	3,1	2,2	16,1	4		
Dos quais: ATN				6,4		100	6,4
Formação	22,2	4,6	2,1	28,9	7		
Dos quais: Form. Interna				25,4		100	25,4
Custos operacionais	14,5	33,2	1,0	48,7	11	90	43,8
Crédito e transferências para grupos vulneráveis	12,6	19,5		32,1	8		
Total	309,8	111,0	6,9	427,7			310,9
Percentagem	72	26	2		100	73	

212. As categorias de despesa que contribuem directamente para o VAB nacional, são os trabalhos de construção civil, a assistência técnica nacional, a formação interna e os custos operacionais. Tomando como dados de referência o custo médio mensal de US\$150 por emprego criado e na base do coeficiente de capital/emprego de 1/12.000, estimam-se 8.600 novos postos de trabalho anuais.

⁷ Inclui equipamentos, veículos, insumos agrícolas, manuais escolares, materiais pedagógicos, medicamentos e materiais hospitalares

7.4 Impactos sobre os agregados macroeconómicos (milhões de FCFA)

Quadro 11: Impactos sobre os agregados macroeconómicos (milhões de FCFA)

		2002	2003	2004*	2005*	2006*	2007*
CF		135.227	132.730	146.376	157.903	170.196	183.446
Famílias		118.527	116.030	127.676	138.503	150.096	162.659
FBCF		23.441	23.775	30.333	36.084	41.376	47.444
FBCF/PIB (%)		16,5	17,2	20,2	22,1	23,4	24,8
DENARP				32.664	63.081	57.715	28.704
DENARP/PIB (%)				21,7	38,7	32,7	15,0
(FBCF+DENARP)/PIB (%)				41,9	60,8	56,1	39,8
Impacto no VAB (óptica de rendimento)	m.d.			19,7	38,2	35,1	17,4
	m FCFA %			10.835 7,2%	21.010 12,9%	19.305 10,9%	9.570 5%
Aumento emprego directo (Acumulado)					10.400	19.500	25.900
Emprego indirecto acumulado					3.100	5.800	7.800
Aumento de emprego total					13.500	25.300	33.700
Dívida/PIB (BCEAO)		403,0	386,2	369,8			
Dívida/PIB (com DENARP)							
Famílias	Aumento no CF			5.148	8.250	7.507	4.500
	% de Aumento			4%	6%	5%	2,8%
Receitas fiscais (FMI et MEF)		11.876	11.605	13.742	16.935	22.311	29.394*
Impacto do DENARP nas receitas fiscais (10% excedente de exploração) CC				589,0 4,3%	1.240,4 7,3%	1.207,8 5,4%	326,7 1,1%

Excedente de exploração bruto = 30%

Contribuição industrial = 10%

Fonte: INEC / DENARP

213. Com a afectação de recursos proposta, estima-se que os objectivos a médio prazo: taxa média de crescimento anual do PIB em 5% e a redução da taxa de incidência da pobreza geral projectada para 67,5% em 2007 contra 68,5% em 2004 e da pobreza extrema de 22% em 2004 para 21,7% em 2007, são exequíveis até 2007. Estas projecções integram o aumento da pobreza geral estimada para o período 2002-2004, posterior ao ILAP.

214. A curto prazo, os investimentos do DENARP afectam negativamente a relação dívida externa/PIB. Contudo, tendo em conta o impacto das reformas económicas no domínio das Finanças Públicas e da boa governação, perspectiva-se que venha a ser reconsiderada pelo FMI a suspensão do apoio no quadro da iniciativa HIPC bem como o reforço da componente donativo nos financiamentos externos para acções de carácter social e no quadro de país pós-conflito, o que compensará os eventuais efeitos negativos nos indicadores da dívida. Acresce que como resultado das actividades do DENARP resulta uma maior arrecadação de receitas fiscais, principalmente ao nível da contribuição industrial.

7.5 Conclusão e financiamento da estratégia

215. A análise desenvolvida pelo Governo, em articulação com os parceiros, evidencia carências na sociedade guineense que é urgente resolver sob pena da aceleração da desagregação das débeis estruturas económicas e de coesão social.

216. O DENARP comporta o modelo de actuação adequado, num contexto multidimensional e progressivo tendo em conta a acuidade dos problemas e respectivas prioridades. Sendo um programa de emergência, exigirá a mobilização de recursos financeiros estimados em 427,7 milhões de dólares para o período de 3 anos dos quais apenas 15% estão assegurados. Os parceiros de desenvolvimento manifestaram intenção prévia, sem garantia de financiamento, de apoiarem a realização de acções prioritárias inscritas no DENARP estimadas em 124,7 milhões de dólares (equivalentes a 29% do total). Os restantes 71%, no valor estimado de 303 milhões de dólares, não têm financiamento assegurado.

217. Os efeitos multiplicadores que a implementação da primeira fase terá no médio prazo nas receitas fiscais (directas e indirectas), perspectivam ao Governo o maior empenhamento na afectação orçamental das receitas ao DENARP e apoio aos sectores sociais.

218. É neste quadro de emergência e tendo por base as acções prioritárias inscritas no DENARP, que o Governo submete aos parceiros a confirmação dos recursos prometidos e um reforço adicional de 371 milhões de dólares.

Quadro 12 : Situação do financiamento do DENARP

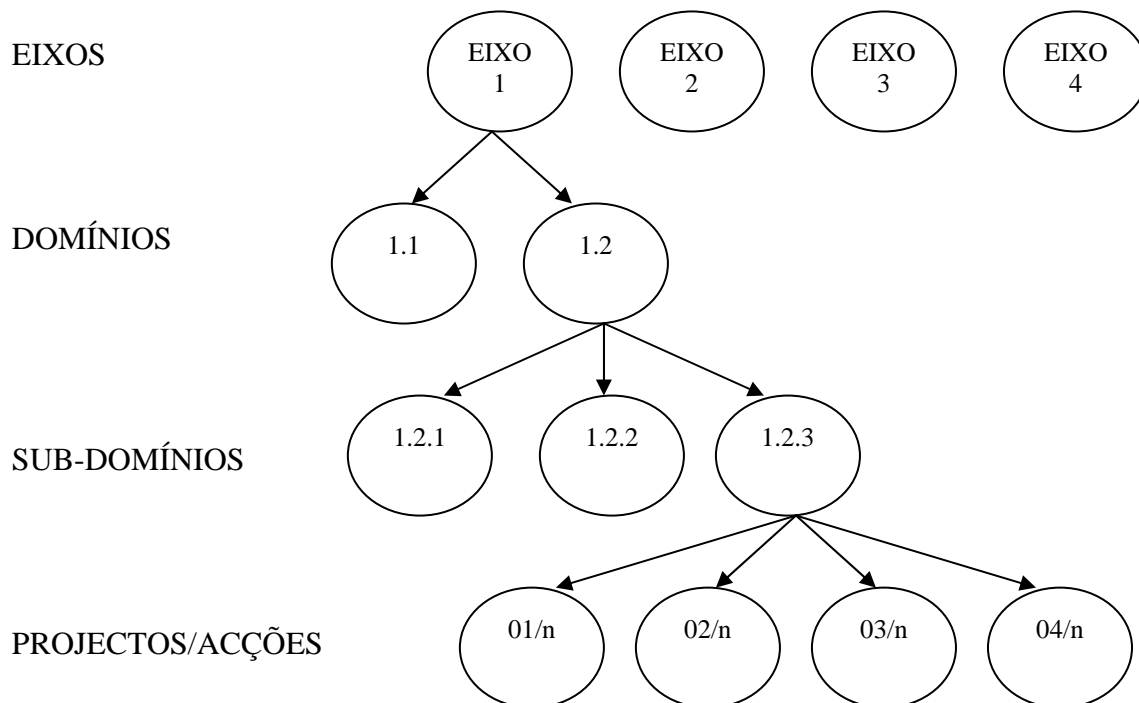
(Valores em milhões de dólares)

Financiamentos	Total	%	Ano1 ⁸	Ano 2	Ano 3
Assegurado	53,0	12%	27,5	17,5	8,0
Sem Identificado		17%	68,5	43,5	12,7
financiamento Não identificado	371	71%	92,4	102	52,7
Governo	2,9	-	2,0	0,9	
Total do DENARP	427,7	100	190,4	163,9	73,4
Percentagem	100		44,5	38,3	17,2

⁸ Estima-se o início no 1º semestre de 2005.

ANEXOS :

Estrutura dos objectivos do DENARP



Estrutura do DENARP

1. Reforçar a governação, modernizar administração pública e assegurar a estabilidade macroeconómica	
	1.1. Reforçar a governação e assegurar a estabilidade macroeconómica
	1.1.1. Prosseguir o saneamento das finanças públicas
	1.1.2. Reforçar a gestão macroeconómica
	1.2. Modernizar a administração e reforçar as capacidades
	1.2.1. Reformar a administração pública
	1.2.2. Reforçar as capacidades
	1.3. Consolidar o Estado de direito/o aparelho judicial e apoiar a descentralização/concertação social
	1.3.1. Promover uma justiça rápida, transparente, acessível e independente e reforçar a ANP
	1.3.2. Promover o desenvolvimento local e a concertação social
2. Promover o crescimento económico e a criação de emprego	
	2.1. Melhorar o clima de negócios e estimular os sectores empregadores de populações pobres
	2.1.1. Sanear o ambiente de negócios
	2.1.2. Estimular os sectores produtivos e promover a diversificação e a competitividade da economia
	2.2. Desenvolver as infra-estruturas económicas de base
3. Aumentar o acesso aos serviços sociais e às infra-estruturas de base	
	3.1. Reforçar o investimento no capital humano
	3.1.1. Garantir uma escolaridade universal de qualidade
	3.1.2. Melhorar a oferta e a qualidade dos serviços de saúde
	3.1.3. Lutar contra oVIH/SIDA, a tuberculose e outras doenças
	3.2. Melhorar o acesso à água potável e ao saneamento
4. Melhorar as condições de vida das populações vulneráveis	
	4.1. Ajudar os grupos vulneráveis e reforçar a protecção social
	4.1.1. Aumentar o acesso aos serviços sociais
	4.1.2. Promover as actividades de integração social
	4.2. Apoiar as actividades geradores de rendimento de grupos vulneráveis